

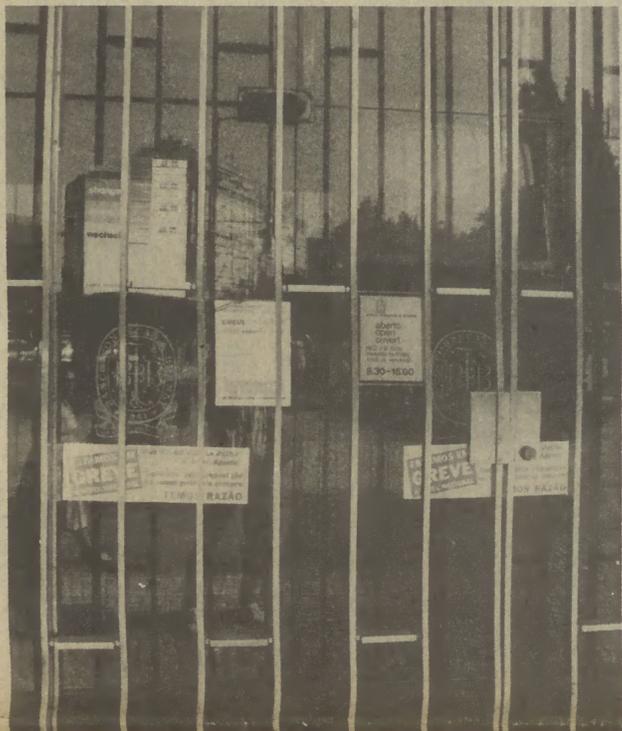
Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 814
3 de Agosto de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Lutas sociais continuam a aquecer



Abertos desde ontem, os bancos estiveram encerrados durante quatro dias úteis, tendo as direcções sindicais desconvocado o último dia de greve no seguimento do acordo alcançado com o Governo

- **Força reivindicativa e determinação na greve dos bancários que alcançaram acordo com o Governo**
- **No seguimento da luta nos transportes, protesto e acção na CP**
- **Prevista a continuação da greve no ensino superior**

Págs. 1, 2 e 3/Semana

O Governo aumenta os riscos de «satelização» da economia portuguesa

1. A aceleração da inflação, o significativo agravamento dos défices externos, os cortes de crédito, os elevados níveis das taxas de juro, o endividamento público (mais de 80% do Produto Interno Bruto), os recentes aumentos dos produtos petrolíferos e de bens de primeira necessidade, a acentuação das desigualdades sociais e regionais aí estão a mostrar com clareza a falência da política económica do Governo.

2. Aproxima-se 1992 e as fragilidades estruturais da economia continuam sem resposta, superação ou atenuação. Os défices externos e a sua composição são, por si só, uma expressão dessas debilidades. O défice da balança comercial com a Comunidade e o decréscimo percentual do saldo dos fluxos financeiros entre Portugal e a CEE em relação àqueles défices é preocupante.

Ano	Saldo do Comércio Externo entre Portugal e a CEE		Fluxos financeiros entre Portugal e a CEE (Fundos, ...)*	
	(1)	(2)	(1)/(2)%	
1985	+ 55,3			
1986	- 112,7	30,4	26,9	
1987	- 323,3	63,5	19,6	
1988	- 502,8**	98,5	19,5	

* Fonte: MNE, Portugal nas Comunidades Europeias terceiro ano
** Dados ainda provisórios e susceptíveis de agravamento

3. Em face desta situação esperam-se iam medidas dirigidas à correcção das deficiências estruturais, à modernização do aparelho produtivo, à valorização do padrão das exportações e à defesa das principais alavancas da economia portuguesa e não uma política de agravamento das tensões sociais e de entrega de centros de racionalidade económica nas mãos de estrangeiros.

4. A recente privatização da EPSI, com a entrega de 90% à Neste Chemicals, uma empresa pública finlandesa, o que só pelo facto de ser pública desfaz a argumentação do Governo e representa um atestado de incompetência ao ministro da tutela; a tomada de posição significativa de estrangeiros nas privatizações parciais da UNICER e do TOTTA, desmascarando a demagogia governamental sobre o «capitalismo popular»; o recente anúncio, por motivos ideológicos, da privatização da CENTRALCER, da CIMPOR e do BPA, o maior banco comercial português, pondo em movimento grupos espa-

nhóis, italianos, alemães e franceses, que não escondem a sua apegância, são exemplos significativos de uma política conducente à «satelização» da economia portuguesa.

5. O leilão do riquíssimo património público, em processos de muito duvidosa transparência — basta recordar que dois requerimentos urgentes do PCP sobre a avaliação da UNICER e do BTA, apresentados na Assembleia da República ao Governo, ainda não tiveram resposta — tende a colocar na dependência de centros de decisão externos pólos de racionalidade económica própria, capazes de uma função estruturante do desenvolvimento da economia portuguesa.

6. O PCP chama a atenção do povo português para esta política contrária aos interesses nacionais. O PCP alerta para o facto de que o que está em curso não é uma política para dar resposta aos grandes problemas da economia, dos trabalhadores e da sociedade portuguesa, mas a reconstituição da subordinação do poder político ao poder económico — pertença de transnacionais e de meia dúzia de famílias, cada uma com o seu banco, a sua companhia de seguros, o seu jornal e rádio privados. O PCP continuará a apresentar propostas, a lutar e a intervir nas diversas esferas da vida nacional pela superação da vulnerabilidade do sistema financeiro português, pela necessidade de reestruturar e dinamizar o sector nacionalizado e de erguer em torno das empresas básicas, estratégicas e de grande liquidez (Portucel, Cimpor, bancos, ...) pólos com uma lógica estruturante transformando-se em centros de racionalidade, criadores de riqueza e de emprego, ligados ao sector público, para enfrentar o Mercado Único da CEE.

7. O PCP reafirma que não é com slogans, nem com a entrega de alavancas fundamentais da economia às transnacionais e à clientela governamental que se prepara a economia portuguesa para o embate de 1992, mas com o combate às debilidades estruturais da economia, um grande esforço de investimento produtivo, assente numa política de desenvolvimento com uma efectiva dimensão social, e uma estratégia de defesa e valorização da especialização da economia que deverá ter, no essencial, os seus centros de decisão em Portugal e nas mãos dos portugueses.

2 de Agosto de 1989

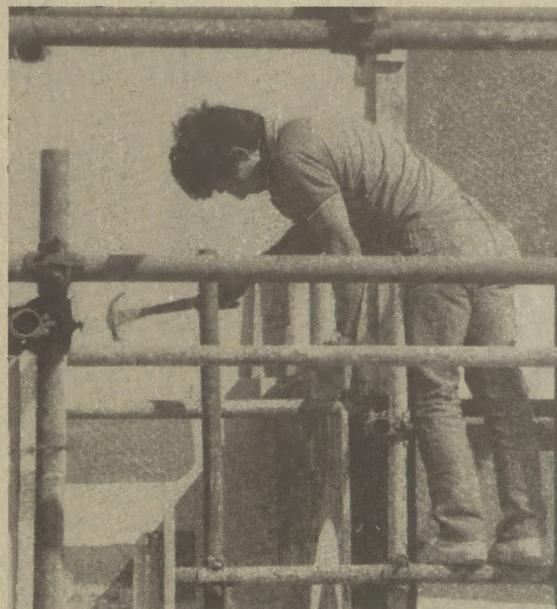
Nota do Executivo
da Comissão Política
do Comité Central do PCP

A festa!

LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

O sorteio EP é já no domingo!

Billy Bragg



Junta-te a nós

A montagem da Festa entra no seu mês derradeiro. É em Agosto, mês de férias que promete ser tão quente como Julho, que a Festa será erguida no essencial.

Muito já está feito no terreno, ao que não é estranha a participação de centenas de camaradas e amigos da Festa que contribuíram nos últimos meses com milhares de horas de trabalho voluntário.

Exigentes tarefas da hora actual

É por demasiado evidente que a máscara de estabilidade social e política, de competência técnica e de isenção moral do Poder, tão arduamente fabricada pelo «marketing» da direita pró-monopolista para o seu Governo PSD/Cavaco, se tem esborado de modo irrevogável ao longo dos últimos dois anos pela natureza classista da gestão do Estado e da prática política do cavaquismo governante.

No plano social como no económico e financeiro acumulam-se os factos negativos de uma política de gestão, atrabilhária, ruínoza, antipopular e antinacional da administração cavaquistas.

A prática governativa da equipa PSD/Cavaco mostrou que a tecnocracia ao serviço dos monopólios e dos latifundiários e da restauração do capitalismo monopolista de Estado — de que são partes constitutivas as leis laborais, as leis de reprivatização do Sector Público e Empresarial do Estado, as leis rurais, em particular a da destruição da Reforma Agrária, e as leis fiscais — não serve os interesses do Povo e do País; distorce em benefício dos grandes detentores do capital, sobretudo do capital estrangeiro, as coordenadas da política económica, social e financeira de que Portugal necessita para a superação dos seus atrasos; alarga e agrava a conflitualidade de classes no seio da sociedade portuguesa.

Sob a dinâmica da restauração dos monopólios agora liberta dos freios da Constituição graças ao acordo político de revisão constitucional entre o PS e o PSD — que a alterou em aspectos essenciais, o governo cavaquista espezinha tudo o que obstaculiza o processo de monopolização da economia e ganha e assume mesmo todos os vícios morais do poder dos monopólios lá onde estes detêm a influência ou as rédeas do Estado.

Neste processo se está operando em profundidade uma nova arrumação de forças sociais e políticas favorável ao movimento popular e democrático de oposição ao Governo.

O povo português acaba de travar uma batalha política de características invulgares — as eleições para o Parlamento Europeu — em que a direita, particularmente o PSD, sofreu uma pesada quebra na sua base de apoio eleitoral relativamente às eleições similares de 1987.

No momento actual, num contexto de greves alternantes que mobilizam milhares de trabalhadores, movimentam-se no plano nacional e com notável amplitude sectores profissionais doutras classes até tempos recentes pouco azeitados a grandes acções de massas de carácter superior como o recurso à greve — que no caso dos trabalhadores bancários terminou na noite de antontem com uma significativa vitória das suas reivindicações.

Estamos além disso a poucos meses de uma nova batalha política de importância nacional — as eleições autárquicas de Dezembro — que movimentam desde já activamente todas as forças políticas interessadas.

Condições excepcionais se abrem à acção do movimento popular e democrático.

É, portanto, útil trazer a lume as incongruências e as safadezas políticas e de classe do Governo de Cavaco; pô-las diante das forças democráticas mais aptas a formalizar e a viabilizar uma alternativa credível à direita governante e, no caso do PCP, definir com acerto nesta complexa situação as tarefas actuais e essenciais dos comunistas.

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das camadas intermédias do povo, a crescente perturbação da vida social, económica e financeira do País, a crescente alienação dos bens nacionais em benefício do capital estrangeiro e a acelerada transferência dos centros de decisão da nossa economia para os países originários do investimento externo são impositivas realidades da situação política actual sob o domínio do cavaquismo.

A subida da taxa de inflação que atinge já os 13,2%, a desvalorização do poder de compra do escudo e do salário real dos trabalhadores, o aumento generalizado dos preços de bens e serviços de primeira necessidade — como ainda no início da semana se verificou com o do leite, agravado em 12 escudos mas agora elevado para 18 escudos pelos produtores (por incorporação dos novos aumentos do gasóleo e do fuel) e o da carne de porco em 50 escudos — depois da recente subida de 11% em média do preço dos combustíveis, com todas as consequências gravosas imediatas no encarecimento de toda a produção e serviços dependentes do consumo de energia. Antontem a entrada em vigor da lei que eleva brutalmente as custas das transgressões ao trânsito. São todos eles aspectos dos mais tangíveis desse agravamento geral das condições de vida do povo português.

Não deixa de ser curioso assinalar o cinismo da justificação dada pelos governantes para tais aumentos. O do leite é justificado com o argumento de favorecer a concorrência entre as empresas produtoras (!) e nem uma palavra é dita acerca do significado do aumento em alguns casos de mais de 540 escudos por mês e por criança (em grande número de casos na base do consumo de 1 litro por dia) e em benefício de quem, por proposta do PCP, foi votado na Assembleia da República o subsídio de leite agora retirado. A mesma «piedosa» crença nos «benefícios» da concorrência foi sem nenhuns efeitos práticos evocada como justificação do aumento dos combustíveis (no momento em que o preço do petróleo no mercado mundial cai de 17 para 16,35 dólares por barril e se prevê nova descida ainda este mês para os 15 e talvez para os 14 dólares).

O brutal aumento das multas por transgressões ao trânsito, porque traduz uma clara opção pelos critérios repressivos, silencia a completa ausência das medidas para o melhoramento da rede viária e o aumento de parques de estacionamento

para um efectivo automóvel que cresce actualmente à razão de 700 carros por dia em consequência das distorções consumistas resultantes da política do Governo que faz cair sobre as forças policiais o odioso das medidas repressivas.

Os problemas «macroeconómicos», na «erudita» fraseologia de Cadilhe, agravam-se em escala imprevisível. O investimento estrangeiro sobe de maneira indiscriminada sem se garantir a difusão da tecnologia, a manutenção e alargamento dos postos de trabalho e o interesse para o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que está gerando o pânico nos sectores empresariais não monopolistas que vêem passar as suas empresas em número crescente para o domínio do capital estrangeiro através das manobras de especulação da Bolsa.

É para o estrangeiro, principalmente Inglaterra e Espanha, que se está transferindo a direcção de inúmeras empresas até agora geridas por empresários portugueses.

O investimento directo estrangeiro que em 1988 atingiu 623 milhões de contos (contra 260 milhões em 87) continua em escala ascendente em 1989. A conversão das suas moedas (mais fortes) em escudos na compra das empresas, e a saída, em divisas do seu próprio país, em lucros e dividendos, ameaçam tornar-se incontroláveis com o acréscimo do domínio empresarial estrangeiro que já atinge os 60, 70 e mesmo os 100% do capital de numerosas empresas. É a mão-de-obra barata, e a exploração do turismo, hotelaria e serviços e a especulação bolsista o que move fundamentalmente o investidor estrangeiro em Portugal.

O alarme dos industriais do Norte na reunião de há um mês com o ministro da Indústria e Tecnologia é inteiramente justificado. A opinião ali manifestada pelo ministro da necessidade de reduzir o investimento externo não teve qualquer correspondência a nível da política financeira do Governo. Tudo continua na mesma corrida para o abismo.

Os défices estruturais acentuam-se. O défice da Balança Comercial, mesmo com aumento das exportações passou de 3,4 para 5,1 mil milhões de dólares; o saldo da Balança de Transacções Correntes passou de 444 milhões de dólares positivo em 1987 para 654 milhões negativo em 1988 e prevê-se um défice de 1500 milhões no final do ano.

Entretanto, o Governo arrecada por todos os meios milhões de contos. No aumento da carga fiscal, na venda das empresas do Estado, nas inversões da CEE (que se prevê atinjam os 100 milhões de 1989), no aumento das coimas e multas por tudo e por nada. Não só para tapar os «buracos» do Orçamento como, principalmente, para corromper o voto dos portugueses nas eleições autárquicas de Dezembro.

Cavaco, usando, abusivo, a sua qualidade de chefe do Governo, anda já em plena campanha eleitoral. Promete milhões de contos como agora o fez por Trás-os-Montes para as autarquias do PSD e vai cortando milhões lá onde a vitória da direita é mais do que problemática (para Setúbal acaba de cortar 5 milhões de contos no plano para a região).

E esta é uma realidade que se impõe com todo o seu peso às forças democráticas.

A batalha das autárquicas de 1989 é das mais complexas das realizadas até agora. A CDU empenha-se já activamente na preparação das eleições, na elaboração das listas, na reformulação de alianças para derrotar a direita. A constituição da Coligação «Por Lisboa» (com o PS, o PEV e o MDP/CDE) inscreve-se nesse acrescido esforço da CDU.

A ruptura pela direcção do partido cavaquista das coligações com o PS para 24 concelhos de maioria relativa ou absoluta da CDU abre novas hipóteses unitárias que não devem desprezar-se. Contudo lá onde a CDU vai concorrer sozinha em oposição a todos os outros partidos concorrentes é condição essencial alargar o apoio às suas listas, reforçar a sua implantação política no eleitorado, elaborar programas de acção que vão ao encontro dos problemas e aspirações das populações locais.

E em todos os casos onde a CDU esteja presente não há outra opção para o voto útil — votar na CDU é o único voto útil nos melhores defensores dos interesses locais e populares.

Lá onde não houver coligações com outras forças com as quais a CDU se tenha coligado (como é para já o caso de Lisboa) é imperioso que a CDU amplie a sua base eleitoral, que alargue a sua influência no Poder Local democrático, que ganhe para as suas listas o voto dos eleitores.

Na preparação das eleições autárquicas, no reforço e na dinamização do movimento popular de massas para a luta social, na realização das suas tarefas políticas mais vastas e da sua vida interna é uma questão vital para o PCP ganhar todos os seus militantes e amigos para os realizar com êxito.

Uma atenção primacial imediata deve ser dada às exigentes tarefas da implantação da Festa do «Avante!». Um grande esforço mobilizador deve galvanizar o entusiasmo e a militância dos membros do Partido.

O tempo é escasso e muito há ainda a fazer. Levantar até a Quinta do Infantado brigadas de camaradas animados de um necessário espírito realizador é uma questão de primeira ordem para os militantes e simpatizantes do Partido.

O mundo é grande e é preciso ampliar a capacidade das «nossas duas mãos» para o agarrar. Se uma exacta compreensão se cimentar em todo o nosso Partido o ano de 1989 pode ser um grande passo em frente na materialização dos seus objectivos.

Resumo



26 Quarta-feira

Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde, chega a Lisboa para uma visita oficial de cinco dias que inclui uma deslocação à Região Autónoma dos Açores ■ OCDE divulga relatório para Portugal onde recomenda o controlo urgente da inflação e a manutenção das medidas restritivas, ao nível do consumo público e privado ■ Mestres dos barcos da CP iniciam greve de três dias, que interrompe navegação fluvial entre Lisboa e Barreiro ■ O deputado do PSD, Rui Amaral, não é eleito gestor do Parlamento Europeu, lugar a que se candidatara pelo grupo liberal ■ O presidente polaco, Wojciech Jaruzelski, declara oficialmente a sua oposição à formação de um governo exclusivamente pelo Solidariedade; os deputados deste movimento recusam-se, por seu turno, a participar num governo de coligação ■ Incêndio de grandes proporções deflagra no lugar de Monte da Costa, em Ermesinde, arredores do Porto.

27 Quinta-feira

A greve dos bancários, contra o tecto salarial imposto pelo Governo, provoca o encerramento de 85 por cento dos balcões de atendimento ■ PSD anuncia, pela voz do seu secretário-geral, Dias Loureiro, que não fará quaisquer coligações com o PS para as próximas eleições autárquicas ■ A Comissão Permanente da AR discute o facto de o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, estar a receber ilegalmente, desde Agosto de 1987 um subsídio de 84 contos mensais ■ Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, realça, na sua visita ao Parlamento, os laços fraternos com os portugueses ■ O Soviete Supremo da URSS aprova por larga maioria, duas resoluções sobre a autonomia financeira e económica das Repúblicas bálticas da Estónia e da Lituânia ■ Um avião da companhia sul-coreana KAL, despenha-se quando tentava aterrar no aeroporto de Trípoli, provocando a morte de 82 pessoas ■ Governo e oposição do Camboja acordam em que a representação à conferência internacional será unificada e quadripartida ■ O V Congresso do Partido FRELIMO aprova por unanimidade o plano de paz proposto por Joaquim Chissano.

28 Sexta-feira

A UGT prevê, em conferência de imprensa, uma intensificação das lu-

tas laborais e anuncia que vai propor à CGTP-IN a análise e definição de medidas comuns ■ A Frente Comum de Sindicatos da Função Pública afirma que só negociará com o Governo as novas grelhas salariais depois das férias ■ O presidente cabo-verdiano afirma durante um almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, que o seu país está empenhado no reforço da cooperação entre Portugal e Cabo Verde ■ Um comando israelita assalta a aldeia libanesa de Jibchit, no sul do país, e rapta o dignitário religioso Abdel Karim Obeid, um dos chefes do grupo fundamentalista «Hezbollah» ■ O parlamento grego obriga o ex-primeiro-ministro socialista, Andreas Papandreu, a comparecer perante uma comissão de inquérito sobre as escutas telefónicas massivas realizadas entre 1985 e 1989 ■ Os «contras» nicaraguenses ameaçam prosseguir a luta armada e voltar às montanhas, rejeitando os planos de paz que prevêm a sua desmobilização e repatriamento.

29 Sábado

O presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal do PRD exclui qualquer hipótese de uma coligação com o PS para a Câmara Municipal daquela cidade ■ A geminação entre o Porto e uma cidade cabo-verdiana proposta pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, é aceite pelo presidente Aristides Pereira, durante a sessão solene nos Paços do Concelho Portuense ■ O Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco elege Mieczyslaw Rakowski para o cargo de primeiro-secretário, na sequência da demissão apresentada pelo presidente Wojciech Jaruzelski ■ O V Congresso do Partido FRELIMO aprova um novo Programa e Estatutos do partido, bem como as directivas Económicas e Sociais ■ O Soviete Supremo da Letónia aprova uma emenda à estrutura legislativa da República que condiciona a aplicação das leis do Soviete Supremo da URSS à aprovação do parlamento Letão.



30 Domingo

O V Congresso do Partido FRELIMO elege Joaquim Chissano presidente do Partido, bem como o novo Comité Central e outros órgãos que assegurarão o seu funcionamento no próximo quinquénio ■ Banco de Portugal indica um agravamento da inflação de 0,7 referente ao passado mês de Junho ■ A Confederação Nacional da Agricultura defende, em Coimbra, que as importações de produtos agrícolas só devem efectuar-se após consulta prévia às organizações representativas da produção nacional ■ Cavaco Silva que realiza uma visita à zona do Alto Tâmega,

afasta hipótese de requisição de civis para bancários ■ Os bombeiros portugueses conquistam duas medalhas de ouro, uma de prata e duas de bronze nos campeonatos internacionais de manobras que decorreu na Polónia ■ Inicia-se em Paris a Conferência Internacional sobre o Camboja, que poderá ser decisiva para o retorno da paz naquele país ■ Realiza-se um referendo no Chile sobre 54 emendas à Constituição; cuja pouca afluência de eleitores é notória ■ Portugal vence os Jogos Mundiais de hóquei em patins, ao derrotar a Holanda por 8-2, na cidade alemã federal de Karlsruhe.

31 Segunda-feira

Bancários prolongam a greve por mais dois dias, devido não ter sido alcançado acordo com a entidade patronal ■ Docentes da Universidade Nova de Lisboa decidem adiar a realização das provas específicas de Matemática de acesso ao ensino superior para a Faculdade de Ciências e Tecnologia, em consequência da greve que reivindicava a manutenção do paralelismo com a carreira da magistratura ■ Um incêndio de grandes proporções atinge a aldeia de Camboões, no concelho da Covilhã, obrigando a evacuação dos seus habitantes ■ Aristides Pereira chefe de Estado de Cabo Verde termina visita aos Açores que efectuou acompanhado do Presidente da República, Mário Soares. ■ Referendo aprova no Chile 54 reformas constitucionais com 87,76 por cento dos votos ■ Paz para o Camboja obtém consenso na Conferência Internacional sobre aquele país ■ Uma organização fundamentalista islâmica enforca refém norte-americano depois de expirar o prazo que estabeleceu para ser libertado o sheik Abdel Karim Obeid, rapto por Israel.

1 Terça-feira

O presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, conclui a visita oficial de cinco dias ao nosso país, que considerou como mais um passo para consolidar as relações de cooperação e amizade entre os dois países ■ Bancários suspendem a greve depois de as negociações com as entidades patronais terem conduzido a acordo ■ Chamas continuam a alastrar no país ameaçando oito povoações; entretanto os bombeiros, na região centro, lutam já com dificuldades de água ■ Termina em Paris a primeira conferência ministerial sobre o Camboja com um acordo sobre a organização e o procedimento de trabalhos que permitam o regresso da paz ao país ■ O parlamento polaco inicia processo de formação do novo governo com o exame do pedido de demissão do primeiro-ministro, Mieczyslaw Rakowski ■ Ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, afirma em Teerão a disponibilidade do seu país para desempenhar um papel activo no alcance da paz entre o Irão e o Iraque.

PROPRIETÁRIO: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODIX: Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA: Tel. 90 00 44
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 89 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Bancários

Prova de unidade solidária e lucidez reivindicativa

• Prolongado êxito na adesão

Depois de um período de greve dos mais prolongados que se têm registado desde sempre no nosso país, segunda-feira passada os três sindicatos representativos dos trabalhadores bancários recusavam, numa reunião em Lisboa com a associação patronal, tutelada pelo Governo, uma nova proposta de aumentos salariais que não contemplava as suas reivindicações iniciais.

Numa prova concludente de unidade solidária e de lucidez reivindicativa, ban-

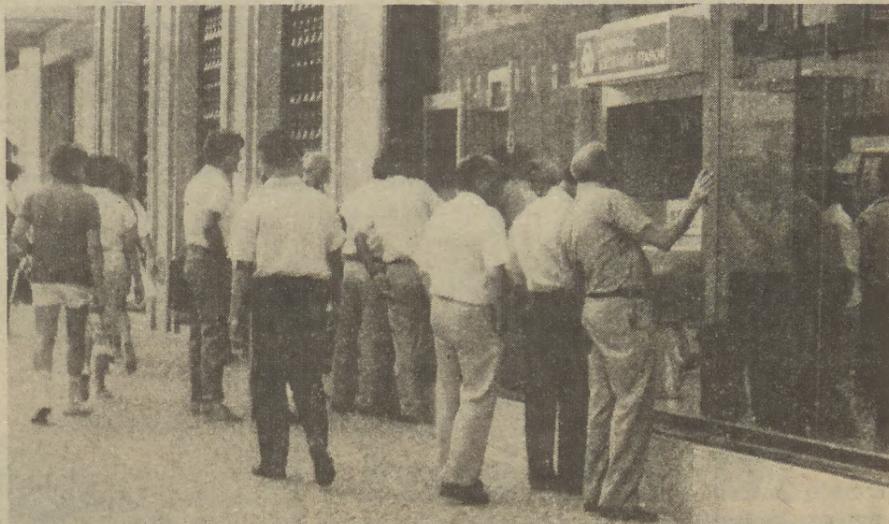
mente uma percentagem de aumentos salariais de 9,985, certamente apenas para não ultrapassarem o limiar «psicológico» dos 10 por cento. Os sindicatos não aceitaram e apresentaram contrapropostas de 11 por cento com retroactividade a Janeiro findo, ou 13,5 por cento com efeitos a partir de Julho último.

Anteontem, enquanto a greve prosseguia, estes números continuavam a ser recusados pela APB, ao mesmo tempo que se sabia estão

Os bancários não estão dispostos a perder mais poder de compra, enquanto que a produtividade aumenta e dela não vêem um «chavo».

Entretanto e por várias vezes, os trabalhadores têm sido veladamente ameaçados com despedimentos pelo próprio chefe do Governo e pelo ministro das Finanças, que não querem reconhecer a inevitabilidade das formas de luta adoptadas pelos bancários.

Por outro lado, os trabalhadores da banca nacionalizada não consentem na discriminação relativamente aos salários praticados na banca privada, onde, aliás, se vive, segundo Barbosa de Oliveira,



Adesão sem paralelo nas lutas salariais

presidente do SBSI, «um clima de intimidação, especialmente nos bancos privados estrangeiros».

Devido a esse clima, os trabalhadores bancários, em vez de como é normal descontarem as quotas sindicais

no seu local de trabalho, vão pagá-las à sede do sindicato, a fim de evitarem possíveis retaliações do patronato.

Posição da CGTP

Numa saudação, abrangendo também os trabalhadores dos transportes recentemente em greve, a CGTP solidariza-se com os bancários em luta. Quinta-feira passada, os seus serviços de imprensa distribuíram a seguinte nota:

«A CGTP-IN saúda e solidariza-se com os trabalhadores que se encontram em luta na defesa dos seus direitos e interesses, pela reposição do poder de compra dos seus salários, que foi afectado pela previsão irrealista e demagógica do Governo, nomeadamente os trabalhadores dos bancos e dos transportes, e exorta-os a prosseguirem com firmeza e determinação a sua luta.

«A CGTP-IN entende que o Governo e as entidades patronais devem alterar o seu posicionamento e dar sequência às exigências de que seja feita uma revisão intercalar dos salários e das pensões de reforma, na linha do que já foi feito para o salário mínimo nacional.

«A CGTP-IN alerta para que a continuidade de uma posição intransigente de recusa de negociação intercalar de aumentos salariais conduzirá ao agravamento da conflitualidade social, pela qual só o Governo e o patronato podem ser responsabilizados.»

Convite da UGT

Vinha a público, entretanto, um convite formal da UGT dirigido pelo seu secretário-geral, Torres Couto, ao coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, no sentido de as duas centrais se encontrarem ao mais alto nível no próximo mês de Setembro. Da agenda de trabalhos constaria, designadamente, a «formulação de uma proposta conjunta» perante o agravamento da situação social

cários e sindicatos representativos aderiram em massa à greve praticamente de uma semana, encerrando por todo o País 89 por cento da totalidade dos balcões, com uma adesão que oscilou entre os 85 e os 90 por cento.

Recorde-se que a Associação Portuguesa de Bancos (APB) e o Ministério das Finanças propuseram inicial-

previstos aumentos, em alguns casos, de 125 por cento para os gestores públicos e mais 40 por cento, de aumento também, nas ajudas de custo.

Continuar a luta

Os dirigentes dos sindicatos bancários previam anteontem a continuação da luta até as suas propostas serem «minimamente satisfeitas».

Segundo a Fenprof

A luta prosseguirá no ensino superior

A firmeza de posições e a reafirmação concludente de que só a Federação do sector (FENPROF) cabe decidir sobre o curso geral da luta dos docentes do ensino superior têm assinalado nos últimos dias a evolução dos acontecimentos no que respeita às greves às provas específicas nas universidades portuguesas. Quinta-feira passada, o plenário dos docentes do Instituto Superior Técnico decidia manter a greve. Um dia depois, o Secretariado Nacional, da Fenprof reuniu-se com os departamentos do ensino superior dos sindicatos membros, para tomar posição sobre o assunto, e a direcção do Sindicato do Norte sublinhava que «os docentes sabem que a greve foi convocada pela Fenprof e só a Fenprof a pode obviamente desconvoar». Reafirmava ainda o mesmo Sindicato que, «no capítulo das remunerações, questão central neste momento, nenhuma garantia, de facto, foi dada pelo Governo».

Entretanto reunido, o Secretariado Nacional da Fenprof decidia-se pela continuação da luta pelo mês de Setembro.

Elevado grau de adesão

Os dirigentes da Fenprof aprovaram a seguinte resolução:

«A luta dos docentes do ensino superior tem-se caracterizado por um elevado grau de adesão e empenhamento bem evidenciado nos dias de

greve acordados a nível nacional, pela capacidade, autonomia e grande sentido da responsabilidade da tomada de decisões nas escolas e academias, relativamente à definição dos calendários de greves nos dias de provas específicas, viabilizada pelo pré-aviso de greve entregue pela Fenprof.

«A Fenprof considera que, apesar da recente tomada de posição em carta ao presidente do CRUP, continua sem responder objectivamen-

te e, portanto de forma satisfatória, à clara exigência da aceitação dos princípios da Lei 6/87 e do Decreto-Lei 145/87, que consignavam o **paralelismo entre a carreira docente do ensino superior e a da magistratura.**

«A Fenprof entende que, nas actuais circunstâncias, a **luta dos docentes do ensino superior deve manter-se até ao dia 2 de Agosto**, nos moldes definidos em cada instituição de ensino superior.

«As formas de luta a adoptar deverão perspectivar um protelamento do início do ano lectivo, até que o Governo aceite os referidos princípios, e deverão assumir as formas consideradas mais eficazes em cada escola e em cada academia.

«Assim, e para além da continuação das formas de luta até agora adoptadas, **deverão ainda ser encaradas greves à 2.ª época de exames e greves no início das aulas do próximo ano lectivo.**

«A Fenprof entende ser da máxima conveniência para o êxito da luta dos docentes do ensino superior a eleição nas escolas de **comissões de**

escola, encarregadas de criar as melhores condições para o sucesso das formas de luta decididas pelos docentes nas escolas ou pelos plenários nas academias.

«Deverá ainda procurar-se o envolvimento das instituições universitárias e politécnicas (CRUP, CCISP, Reitores, CDs, CIs, CCs, CPs, ARs) para que, através de tomadas de posição, pressionem o Governo, a fim de se atingirem os objectivos essenciais da luta.

«**Para a continuação da luta no mês de Setembro, a Fenprof tomará as medidas legais necessárias, nomeadamente emitirá um pré-aviso de greve que cubra as formas de luta que vierem a ser adoptadas.**

«No que respeita às negociações sobre as carreiras docentes do ensino superior, a Fenprof levará a cabo, no mês de Setembro, um largo debate nas escolas, que culminará na **conferência de carreira do ensino superior**, que organizará em conjunto com outras entidades e instituições do ensino superior, nos dias 21 e 22 de Outubro, em local a designar».

Trabalhadores

Sumário sindical

Estar a pau

Sempre se disse que é muito perigoso voltar as costas ao adversário. Só se pode fazê-lo em circunstâncias verdadeiramente excepcionais no mundo que corre — apenas quando se tem confiança nele e se sabe que nos não vai agredir à traição. Quando, porém, o adversário, mercê das suas filosofias e das suas práticas, se mostra como inimigo, então, há que estar a pau.

Estar a pau, é o que os trabalhadores têm feito. E cada vez mais.

Pois nunca se viu, ou muito raramente, um surto de lutas sociais entrarem pelo Verão dentro e ganharem Agosto, como se, este ano, não fosse haver verdadeiramente uma «rentrée» social e mesmo política, um retomar de iniciativas e de batalhas, tanto a nível político como económico, da parte dos trabalhadores e dos democratas.

É que o Verão, para este Governo (mais do que para outros que já se foram, empurrados), não é propriamente um período de tréguas.

Bem se sabe que, em tempo de férias, são bem poucos, relativamente, os trabalhadores que gozam férias. O espaço delas, porém, é o mesmo, embora o dinheiro encurte. E nesse espaço, encontrando-se muitos ausentes do seu local de trabalho, fora de jogo ou como se fosse, pelo menos arredados durante algumas semanas do normal curso da vida social, nesses espaços cria-se um vazio, normalmente. Vazio que o Governo aproveita como se fora uma brecha por onde mais facilmente pode fazer entrar a sua política antipopular, por onde mais facilmente pode entrar no bolso do cidadão.

É que o Governo não vai de férias. Embora goze os primores do mando e a governações seja, para muitos ministros, frutuosa situação em que crescem os rendimentos, as oportunidades, o número de assoalhadas, as festarolas, os tempos livres bem aproveitadinhos, conforme narram as colunas e as revistas de «sociedade».

Vai daí, em tempo de férias, apanhando os trabalhadores de costas, esse pérfido inimigo, desfere o seu ataque.

Primeiro foi o aumento dos combustíveis.

Agora foi o leite. E a carne de porco.

Como as férias ainda não acabaram, pode imaginar-se o que se vai seguir.

Isto porque Cadilhe, que passou meses a desmentir a subida da inflação, já fala dela como perfeitamente natural, dizendo que é o preço a pagar por mais emprego e outros regalos.

Desta vez, porém, o Governo de Cavaco não encontrou os trabalhadores dispersos — que distraídos nunca estiveram.

A luta social não abrandou. Nem o mais acalorado Julho chegou para derreter o ânimo da luta dos trabalhadores em defesa do seu poder de compra, e as greves e outras iniciativas entraram descaradamente por Agosto dentro.

Ao mesmo tempo, a luta política também aqueceu e a preparação das eleições autárquicas que vão ter lugar no início do Inverno não esperou pelo Outono. Uma vasta movimentação dos sectores democráticos está lançada no País. Com destaque para a CDU, que não meteu férias. Os comunistas e os seus aliados, como prova a pequena amostra que o nosso jornal tem dado, tem vindo a desenvolver um intenso trabalho de preparação de listas. E não apenas onde seria mais fácil, não apenas nas zonas de tradicional influência do PCP, mas em todo o lado, porque é em todo o lado que os problemas do Poder Local têm de ser resolvidos, porque é necessário levar mais longe a democracia autárquica, e principalmente lá onde a direita tem dominado.

É natural que, com estes calores todos, os ministros e os políticos do PSD fiquem afoqueados.

Que, ao mesmo tempo que multiplicam a demagogia e continuam a tentar aproveitar-se da «trégua» das férias, que nunca pensaram respeitar, tudo façam para manter o seu domínio.

Depois da derrota das eleições para o Parlamento Europeu, defrontando uma luta social acesa e firme, a braços com a novidade que é ver o PS fugir em parte à sua influência, multipliquem as manobras antipopulares. Agora é tempo de retaliações. Depois virá de novo o tempo das promessas.

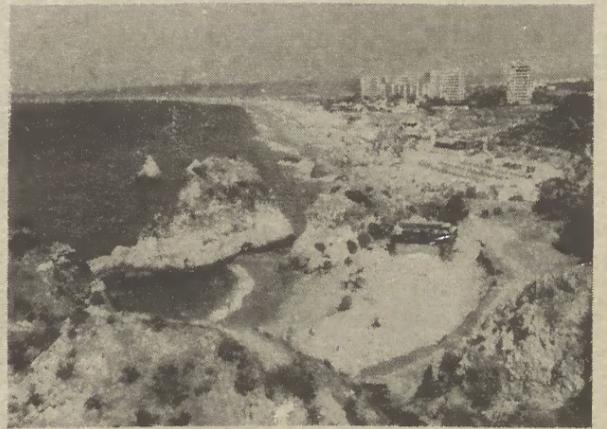
É preciso estar a pau.

Jornalistas — Tendo em vista «materializar as intenções de colaboração futura em acções de serviço social e de actuação conjunta, no campo da Segurança Social e da melhoria da qualidade de vida dos jornalistas», a direcção do respectivo Sindicato, com sede em Lisboa, acaba de assinar o primeiro protocolo de cooperação entre a Casa da Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas. O acto celebrou-se no dia 27.

Hoteleria — Com o título «Governo falha na formação turística-hoteleira», a Federação dos Sindicatos de Hoteleria e Turismo de Portugal (FESHOT) afirmava sexta-feira passada que, contrariamente ao prometido e entretanto anunciado, a «designada Escola Superior de Hoteleria e Turismo do Estoril não irá abrir e iniciar o seu funcionamento em Outubro próximo». A FESHOT acusa o Governo de «incompetência» neste caso. O referido estabelecimento de ensino (se o chegar a ser) não dispunha ainda naquela data de quaisquer equipamentos (nem os mais indispensáveis) o mesmo acontecendo quanto ao respectivo orçamento e quadro orgânico da Escola. «Deste modo — sublinha a FESHOT — o plano de actividades da Escola de Hoteleria e Turismo do Estoril (a actual e não a outra), aprovado com reservas do representante sindical, limitar-se-á a contemplar a reciclagem de 90 trabalhadores, número manifestamente ridículo e suficientemente significativo e indiciador da política de turismo deste Governo», que até agora ainda não elaborou um plano nacional de formação profissional no sector turístico, que enquadre e discipline as acções de formação subsidiadas pelo fundo Social Europeu.



Alcochete — Para congregar esforços e sensibilizar a opinião pública contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, as Uniões de Sindicatos de Lisboa, Setúbal e Santarém decidiram tomar posição contra aquele alargamento através de uma iniciativa «dirigida fundamentalmente à Comunicação Social». Foi escolhido o dia 1 de Setembro — Dia Sindical da Paz — para (11 e 30) um encontro de jornalistas e sindicalistas no Cais do Seixal (local de encontro em Lisboa, em hora e local a indicar); um almoço-convívio ao meio-dia e,



Turismo: formação superior adiada

duas horas depois, uma deslocação, na falua da Câmara Municipal do Seixal, «através de um percurso orientado pelo director da Reserva Nacional e de um biólogo que nela trabalha», anunciou a USL.

Aliança — Ao saudar a «aliança de esquerda para o Município de Lisboa», a Comissão Executiva da CGTP-IN considera que a mesma constitui «um facto positivo, capaz de dar satisfação aos anseios dos lisboetas que desejam que a sua cidade saia do caos, que tenha um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, que constitua um espaço onde as pessoas se sintam felizes de viver». Para a direcção da CGTP, o acordo entre o PCP, PS, MDP e Verdes constitui ainda «um facto impulsionador de uma nova dinâmica, que poderá contribuir para que o País encontre uma via para o desenvolvimento económico, social e cultural». Reunidos no passado dia 24, os dirigentes executivos da central sindical sublinharam ainda que «esta aliança contribui, seguramente, para reforçar a unidade dos trabalhadores e para aumentar o seu empenhamento na procura de soluções para uma maior justiça social, no quadro das respostas que os trabalhadores exigem para a resolução dos grandes problemas dos trabalhadores do País».

Crianças — Foi adiado para 20 de Setembro o Fórum Nacional pelo Fim do Trabalho Infantil. Promovida pela CGTP, a iniciativa foi inicialmente anunciada para 27 de Julho findo. Segundo o gabinete de Imprensa da central, o adiamento deve-se à compatibilização da nova data com as disponibilidades de agenda do Presidente da República, que é convidado de honra desta iniciativa da CGTP.

Coimbra — Foi marcado para Novembro próximo o II Congresso da União dos Sindicatos de Coimbra (USC). Além desse assunto, fez o ponto da situação mediante os pareceres dos sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores acerca das alterações à lei dos despedimentos e do projecto de lei sobre a redução do horário de trabalho. Sobre o anunciado Congresso, os dirigentes da USC registam a grande dinâmica e interesse que suscita a sua preparação.

«O Metalúrgico» — Saiu mais um número deste órgão da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP). Com variada matéria de interesse para aqueles sectores e subsectores, «O Metalúrgico», com data de Julho findo, dá especial relevo à nova lei dos despedimentos («não é assunto arrumado») e à redução dos horários de trabalho.

Visita do Presidente de Cabo Verde Saudação da CGTP

O Conselho Nacional da CGTP-IN dirigiu ao Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, por ocasião da sua visita oficial ao nosso país, a mensagem que transcrevemos a seguir:

«A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional saúda Sua Excelência o sr. Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, e, através da sua pessoa, os trabalhadores e o povo cabo-verdianos.

«São profundos e históricos os laços que ligam os trabalhadores e os povos dos nossos dois países.

«Tal como no passado, na luta comum contra o fascismo e o colonialismo, os trabalhadores portu-»

ses estão solidários com o povo cabo-verdiano na sua luta pelo progresso e pela paz.

«A CGTP-IN mantém com a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde — Central Sindical — relações de amizade e cooperação imbuídas dos princípios da solidariedade internacionalista, com vista à resolução dos problemas que se colocam aos trabalhadores dos nossos dois países.

«A presença de Sua Excelência em Portugal, que nos apraz saudar, é, estamos certos, um contributo importante para uma mais profunda aproximação dos nossos povos irmãos, unidos num mesmo ideal de paz, liberdade, progresso e justiça social».

A mensagem da CGTP foi distribuída publicamente sexta-feira passada.

Trabalhadores

Protesto e acção dos ferroviários

Ao divulgar para anteontem uma «acção de protesto», o Plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) anuncia uma série de decisões relacionadas com a protecção de direitos e regalias ameaçados pelo Governo e pelo conselho de gerência da CP. A acção marcada para anteontem, dia 1, incluiu, segundo foi decidido, a realização de plenários nas estações do Barreiro, Setúbal, Vendas Novas, Évora, Beja, Tunes, Faro, Entroncamento, Coimbra, Porto-Campanhã, Régua, Viana do Castelo, Aveiro, 4.º grupo oficial — Figueira da Foz e em Lisboa-Rossio (cantina).

Além disso, o Plenário dos ferroviários decidiu em 25 de Julho: «Repudiar veementemente a política anti-social do Governo e exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores, começando pelo direito a um salário que reponha minimamente o poder de compra perdido».

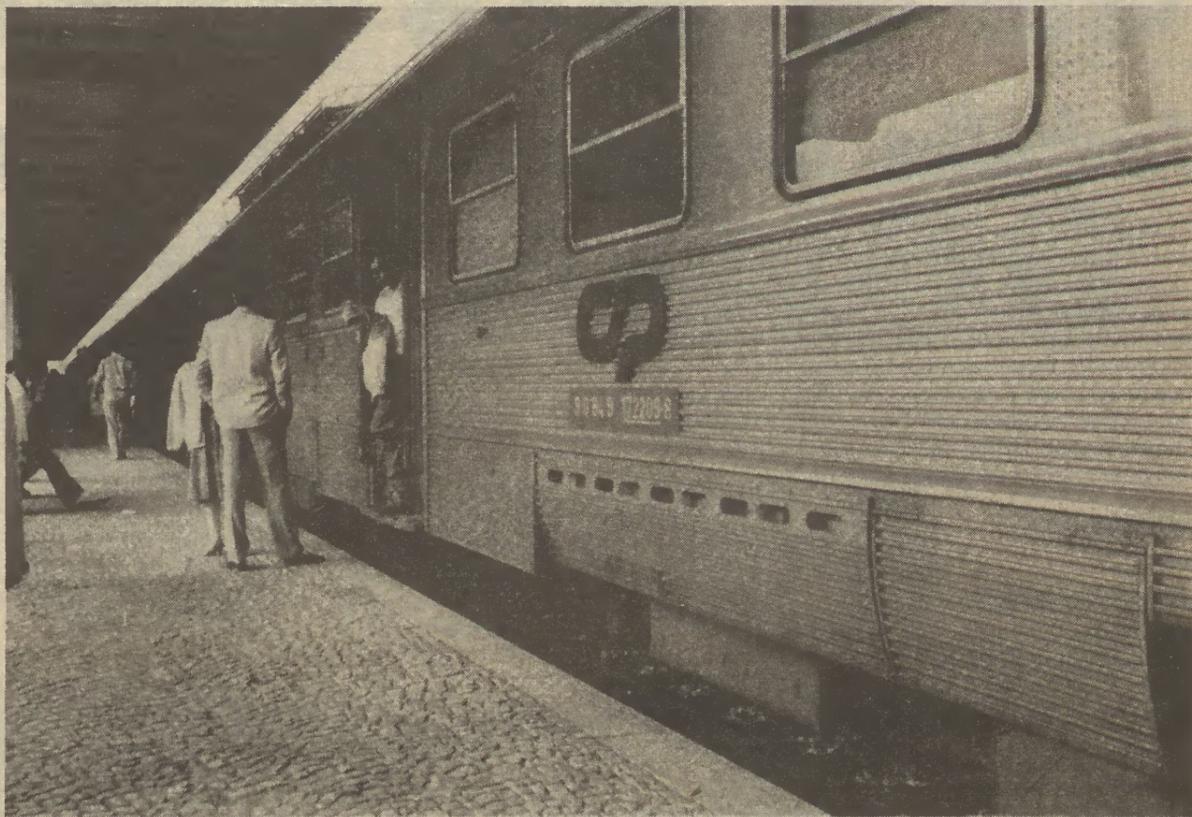
Aumento intercalar de 3 por cento

Aprovou ainda o Plenário as seguintes decisões:

- «Reiterar o apoio às reivindicações de um aumento intercalar de 3 por cento para 1988 e um aumento mensal de 5 mil escudos para cada

trabalhador ferroviário, para o ano de 1989;

- «Exigir o aumento imediato das negociações da redução do horário de trabalho e cláusulas de incidência pecuniária, designadamente do prémio de produtividade;
- «Exigir o recomeço das negociações do regulamento de carreiras, com a respectiva apresentação por parte do conselho de gerência das propostas a que os acordos firmados o obrigam;
- «Alertar mais uma vez os trabalhadores para o logro que constituem as chamadas pré-reformas, exigindo, isso sim, uma verdadeira redução da idade de reforma e a inclusão neste contexto do alargamento do âmbito da Caixa de 1927 nos parâme-



A revisão salarial intercalar é uma das reivindicações na CP

tros reivindicados pela Federação;

- «Repudiar a tentativa do Governo de extinguir a Caixa

de Previdência dos Ferroviários;

- «Repudiar veementemente a lei dos despedimentos e apoiar as propostas de alteração da mesma, apresentada na Assembleia da República pelos grupos parlamentares do PS e PCP;

• «Repudiar o aumento dos combustíveis, decretado pelo Governo, como fruto de uma política socioeconómica que tira aos pobres para encher ainda mais os bolsos dos ricos;

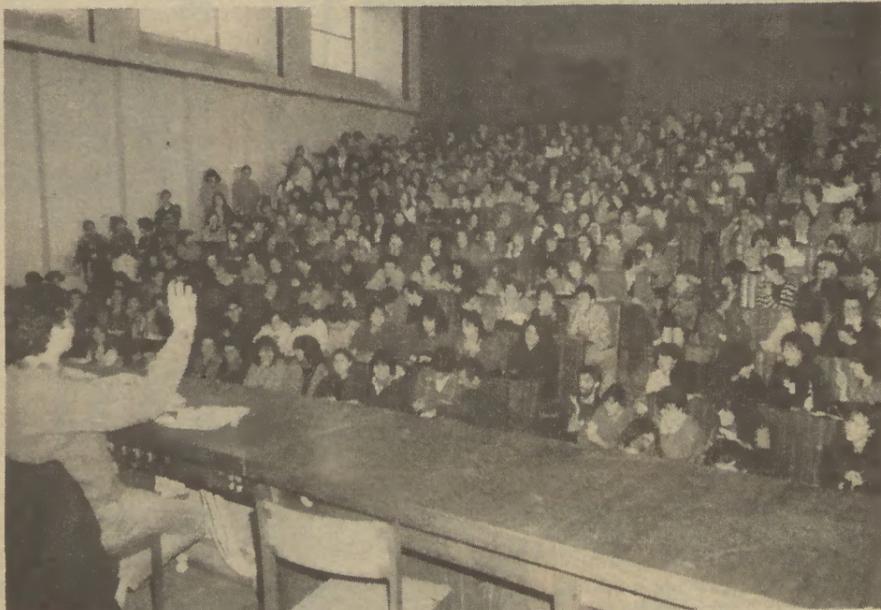
• «Levar a cabo uma acção de protesto, no próximo dia 1 de Agosto (referida na abertura da peça), assumindo tal acção a realização de plenários com os trabalhadores nas estações» já aqui citadas;

• «Mandar a Federação para que, em conformidade com as decisões já tomadas nos plenários atrás mencionados, defina e convoque as formas de acção que as circunstâncias recomendarem».

As decisões do Plenário foram anunciadas publicamente em 25 de Julho findo pelo Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses.

Educação

Mais de 200 técnicos superiores exigem conversações com o ministro



Recusa de «panos quentes» no Superior

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, tornou público que o ministro da Educação, Roberto Carneiro, se recusa a ouvir os representantes dos duzentos e vinte técnicos superiores do seu Ministério, que por esse motivo admitem o recurso a formas de luta.

Paulo Trindade, em nome daquele Sindicato, acrescenta que já passou mais de um mês sobre o pedido sem resposta, que aqueles técnicos apresentaram à Secretaria-Geral do mesmo Ministério, a fim de tratarem com o titular da pasta de vários assuntos relacionados com «legíti-

mos direitos e expectativas» em relação com a sua actividade.

Segundo o Sindicato, a solicitação dos técnicos superiores do Ministério da Educação, que subscreveram sobre isso um documento entregue em 6 de Julho findo no Ministério, relaciona-se com o facto de terem sido ultrapassados os prazos legais para o acesso à categoria imediata; com o desconhecimento dos critérios para o preenchimento interino de lugares; com a ocupação de lugares de chefia por professores, em violação das regras do Decreto-Lel 191-F/79; e, por úl-

timo, com o desconhecimento da situação do processo de reestruturação do Ministério.

Ao manifestarem a exigência de serem recebidos pelo ministro Roberto Carneiro, os técnicos superiores, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, concluem que, «perante a passividade e a falta de diálogo» do ministro, «admitem o recurso a formas de luta», por forma a salvaguardarem «os seus legítimos direitos e expectativas».

O Sindicato manifesta todo o apoio aos técnicos superiores do Ministério da Educação.

Posição da Célula

Numa folha intitulada «A CP, os trabalhadores e as populações», a Célula do PCP na CP (Entroncamento) divulga o que considera serem os «três aspectos fundamentais» da ofensiva do Governo e dos gestores da CP.

Essa ofensiva dirige-se «contra a CP, como empresa nacionalizada e pertencente ao SEE» (Sector Empresa-



rial do Estado); contra as populações utentes do caminho-de-ferro; e contra os trabalhadores ferroviários».

A Célula, que faz um balanço pormenorizado da actuação do conselho de gerência, refere entre outros aspectos «o esvaziamento de alguns serviços para engordar empresas privadas (Serviço de Estudo e Projectos da CP, Oficina de Ovar, Fundições do Barreiro e outros casos em que há indícios de se preparar a entrega aos privados)».

Destaca ainda a Célula dos ferroviários do Entroncamento a «entrega de empreitadas sem concurso público (superiores a um milhão de contos) a grandes empresas privadas para a obtenção de altos lucros».

A Célula manifesta-se e «continuará a lutar» por «uma política séria de reconversão ferroviária»; pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia do emprego efectivo e dos direitos dos trabalhadores; «contra o pacote laboral e as tentativas de o aplicar na empresa».

Sem vedeta de apoio

Pescadores portugueses salvos por traineira soviética

Dezanove pescadores portugueses foram salvos de morrer afogados por uma traineira soviética, a cerca de 400 milhas a sul das Ilhas Canárias. Noticiado pela agência Novosti, segunda-feira passada, o acidente deu-se com o lagosteiro português «Mar Vermelho», que se virou com a força do mar em 20 do mês passado. Um dos pescadores acidentados declarou àquela agência de notícias que só o nosso país

não dispõe de vedetas de apoio aos barcos de pesca no mar.

Segundo a Novosti, que fornece vários pormenores do naufrágio, os tripulantes do «Mar Vermelho» só tiveram tempo para lançar luzes de socorro. Dois homens estavam perdidos no mar. Só 17 conseguiram utilizar uma baleeira. Estiveram assim hora e meia até aparecerem os soviéticos do navio «Fiodor Okk».

Um pescador português, ouvido pela Novosti, disse que o salvamento foi muito eficiente e que, além disso, «é costume — refere a agência — os pescadores portugueses irem pedir ajuda aos soviéticos, quando estão doentes ou acidentados», porque os barcos soviéticos «estão equipados com tudo, até sala de operações», o que não acontece com os pescadores portugueses, que não têm «nenhum apoio» do seu País no mar.

Poder Local

CDU divulga mais nomes

Trabalho, honestidade, competência, experiência

A Coligação Democrática Unitária continua em bom ritmo a discutir, decidir e anunciar os nomes que constarão das listas que vai apresentar nas próximas eleições para os órgãos das autarquias locais. Mesmo em pleno período de férias a CDU avança com a preparação do grande trabalho de esclarecimento e mobilização para o voto nos comunistas, «verdes» e democratas independentes que integram a Coligação, candidatos com provas dadas de trabalho, honestidade, competência e experiência nas autarquias.

Amarante: não comprometidos

Em Amarante o primeiro candidato da CDU para a CM será o arquitecto **Rolando Torgo**, de 56 anos, membro do PCP.

Neste concelho a Coligação Democrática Unitária pretende ver a sua lista integrada por elementos de outros partidos (nomeadamente o MDP, o PSR e a UDP, segundo o gabinete de imprensa da CDU/Porto), com os quais têm vindo a decorrer conversações a nível local.

Poderá assim formar-se «uma lista CDU que reúna todos aqueles que não estão comprometidos com a actual gestão camarária da responsabilidade do PSD, PS e CDS» — afirma aquele gabinete.

Santo Tirso

Em Santo Tirso vai ser **Avellno Gonçalves** a encabeçar a lista da CDU para a Câmara Municipal; tem 50 anos, é membro do CC do PCP e da DORP, foi ministro do Trabalho e deputado à Assembleia Constituinte, é desde 1983 membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso.

A lista da CDU para a Assembleia Municipal tem como

primeiro candidato **Bernardino Neto**, economista e professor, de 46 anos, independente. Foi em 1976 eleito para a CM, actualmente é membro da AM.

Felgueiras

O camarada **José de Lemos Martins**, técnico dos CTT/TLP, com 50 anos e uma intensa intervenção autárquica (com relevo para a sua participação na Junta e na Assembleia de Freguesia de Caramos, onde reside), será o cabeça-de-lista da CDU para a Câmara Municipal de Felgueiras.

Póvoa de Varzim

De acordo com uma nota da coordenadora da CDU na Póvoa, os primeiros nomes da Coligação para a Assembleia Municipal serão **Joaquim Moreira Cancela**, notário, e **Alberto Jaime Midoes**, médico, para a Câmara — **José Armando Trocado da Costa**, advogado, e **José Maria Reina**, advogado; para a Assembleia de Freguesia — **José Manuel Dias Marques Lima**, bancário, e **Manuel da Costa Gomes**, reformado da CP.

Alenquer: amplo apoio

Álvaro Dinis e **Vladimiro de Matos** encabeçarão as listas da Coligação Democrática Unitária em Alenquer, respectivamente para a Câmara e para a Assembleia Municipais.

Álvaro Dinis é economista, tem 36 anos, reside há 23 em Alenquer «onde é conhecido como um reputado técnico da Câmara de Vila Franca de Xira, com grande experiência de gestão autárquica» — afirma o gabinete de imprensa da CDU local.

A Coligação regista ainda que a candidatura de Álvaro Dinis recolheu «imediatamente apoios em Alenquer por parte de personalidades de diversos partidos» e de independentes. Estas personalidades prepararam-se para criar um «movimento muito amplo» de apoio ao candidato da CDU.

Vladimiro Castilho de Matos tem 39 anos e muita experiência de trabalho autárquico: foi membro da Assembleia de Freguesia de Santo Estevão entre 1979 a 1985, foi secretário do Conselho Municipal de Alenquer de 1976 a 1983, exerce actualmente as funções de vereador da CDU na CM de Alenquer, onde responde pelas áreas do trânsito e acção social.

Águeda: dinamismo na preparação

Decorreu «com grande dinamismo» uma reunião de democratas de diversas opções políticas e ideológicas, realizada no dia 27 de Julho, para preparar as candidaturas da CDU aos órgãos autárquicos do concelho.

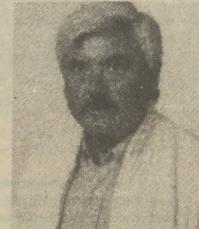
Uma nota da comissão coordenadora conclui ali constituída informa ainda que houve «um número apreciável de intervenções que apontaram, entre outros aspectos, para a possibilidade de uma campanha capaz de galvanizar as populações do concelho e permitir que a CDU eleja pela primeira vez um vereador» para a Câmara Municipal.

Enquanto ficou marcado para o início de Setembro um plenário de apoiantes da CDU, foi salientada a necessidade de «um amplo diálogo entre os democratas das freguesias do concelho de Águeda a fim de, não só prosseguir os contactos para a constituição das listas, mas também com a finalidade de criar núcleos de apoio às candidaturas CDU e de a comissão coordenadora poder integrar um grande e diversificado número de contributos».

Pela comissão coordenadora — que já está a funcionar, apesar de a sua composição ainda estar em aberto — assinam a nota de imprensa **Fernando Gomes Coelho**, o



Alfredo Casais Baptista, actual vereador, será o primeiro nome na lista da CDU para a CM de Braga



Em Arzila (Coimbra) a CDU recandidata o actual presidente da Junta de Freguesia. Adelinho Vilão tem 47 anos e é empregado bancário



Braga

engenheiro **Francisco Simões**, **José Rolim**, **Júlio Balreira** e o Dr. **Paulo Sucena**.

Braga: mais CDU é melhor

Em Braga a Coligação Democrática Unitária apresentou segunda-feira os cabeças-de-lista para a Câmara e a Assembleia municipais. Na conferência de imprensa foram também dadas a conhecer as linhas principais da candidatura.

Alfredo Casais Baptista, que é desde 1980 vereador da CMB e responde pelos pelouros do trânsito urbano e do cemitério municipal, será o primeiro nome da CDU para a executivo camarária. É engenheiro civil (funcionário superior da JAE), tem 43 anos, é membro da direcção regional (DORM) e da comissão concelhia do PCP.

Para a Assembleia Municipal de Braga a CDU apresentará como primeiro nome na sua lista um independente, o advogado **José Jorge Tarroso Gomes**, democrata de grande prestígio intelectual. Faz parte da AM desde 1976



Braga



Alenquer

e a sua actividade neste órgão tem contribuído para o prestígio da CDU e a dignificação da Assembleia Municipal.

Para as eleições do final deste ano a Coligação coloca como objectivos principais aumentar o número de eleitos nos órgãos do município e de freguesia, impedir a formação de maiorias absolutas na Câmara, garantir o aperfeiçoamento equilibrado da gestão municipal com a eleição de mais vereadores da CDU.

A CDU propõe-se ainda pugnar por uma gestão criteriosa que vise de uma vez por todas resolver os problemas básicos da população (em particular o completamente das redes de saneamento básico e de abastecimento domiciliário de água).

Também é referida pela CDU a necessidade de uma política de ambiente e ordenamento territorial que impeça a descaracterização da cidade e do concelho e que contribua para uma melhor qualidade de vida, e de uma política cultural que optimize os enormes meios e equipamentos disponíveis em poder do município e envolva nesse projecto a juventude bracarense.

Oeiras: para ganhar

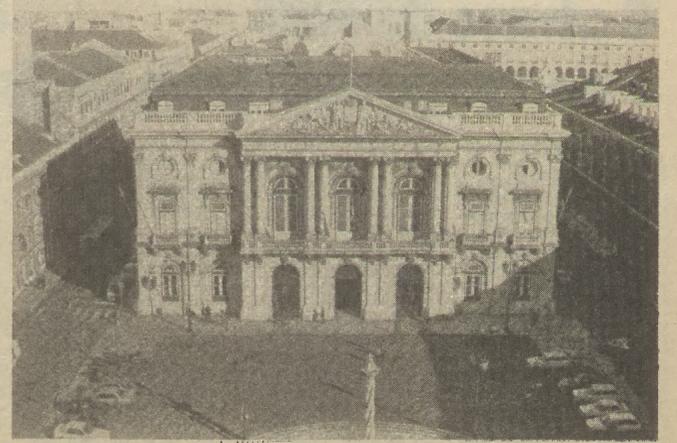
Anteontem, no Jardim de Alégis (frente ao palácio Anjos), foi oficialmente apresentado como candidato da CDU à presidência da Câmara de Oeiras o vice-presidente do Comité Olímpico Português, professor **Celorico Moreira**, que desde 1974 é vereador no executivo municipal.

«A CDU é a primeira força política da oposição no concelho de Oeiras» — recorda a Coligação na nota que distribuiu aos jornalistas e no qual considera que «já é mais que tempo para que a gestão autárquica deixe de funcionar em benefício de alguns e, finalmente, seja posta ao serviço das populações».

«A CDU candidata-se à presidência da Câmara Municipal de Oeiras para ganhar — sublinha no documento — e assim poder restituir o concelho à sua população e com ela construir um futuro melhor.»

O gabinete de imprensa da CDU de Oeiras revelou entretanto que **Eunice Muñoz**, **Alves Barbosa** e o eng. **Amílcar Campos**, entre outras personalidades, manifestaram já o seu apoio ao candidato da Coligação.

António Manuel Celorico Moreira é licenciado em Educação Física, professor na Escola Secundária de Miraflores, tem 53 anos, foi deputado do PCP na AR (legislativa de 1987) e o primeiro subscritor da proposta comunista para a Lei-Quadro de Cultura Física e Desporto. Chefiou a missão portuguesa aos Jogos Olímpicos de Seul em 1988.



Coordenadora da CDU:

Para a vitória por Lisboa

A coordenadora CDU de Lisboa manifestou o seu inteiro apoio ao acordo celebrado entre o PS, o PCP, o MDP/CDE e o Partido Ecologista «Os Verdes» e a constituição da coligação «Por Lisboa» para concorrer aos órgãos autárquicos da capital.

A coordenadora — que reuniu na semana passada num hotel lisboeta — informou que irá «intensificar a sua campanha de esclarecimento e mobilização da população», empenhando-se «com todas as suas forças em contribuir para a vitória

eleitoral da coligação «Por Lisboa».

Na reunião da Coordenadora — em que participaram personalidades independentes não integrantes desta estrutura da CDU — foi salientado que «a unidade encontrada com a fusão das duas candidaturas Jorge Sampaio e Rui Godinho terá um efeito mobilizador nos eleitores dos diversos partidos integrantes e a dinâmica criada alargará a sua influência a outras faixas eleitorais, o que se traduzirá numa clara vitória eleito-

ral nas próximas eleições para os órgãos do município de Lisboa e das freguesias do concelho».

Ainda de acordo com uma nota divulgada à imprensa após a reunião de dia 26, a coordenadora da CDU de Lisboa entende que a solução encontrada «conduz a uma *compromisso* com a cidade e a população no sentido de salvar Lisboa da degradação patrimonial, ambiental e de condições de vida que se têm verificado nos últimos anos».

Câmara de Loures intervém em defesa do ambiente

A Câmara Municipal de Loures teve que intervir na segunda-feira, em **Olival de Basto**, no local onde a empresa **SNET** tem vindo a depositar, contra indicação, resíduos perigosos, nomeadamente amianto.

Os resíduos entraram em combustão, forçando a intervenção da CM, da Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, dos bombeiros e da população local.

No mesmo dia 31 de Ju-

ho o vereador **Carlos Machado**, responsável pelo pelouro da limpeza urbana, enviou uma comunicação sobre o assunto à secretaria de Estado do Ambiente.

Lembra aquele autarca que desde 1988 a secretaria de Estado e a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente estão informadas da produção de resíduos perigosos pela SNET. Realizando que «a CM de Loures e a popula-

ção do Olival de Basto têm razão», **Carlos Machado** protesta «vivamente contra a indiferença manifestada no encontrar de soluções concretas para a resolução do problema».

Segundo o relatório da DGQA citado pelo vereador, «só no estrangeiro há instalações licenciadas» para o depósito de resíduos daquele tipo. Entretanto, «nada foi feito para que a deposição dos resíduos da SNET e de outras empresas que se conhecem no país seja resolvido».

Para além de falar na defesa do ambiente e de produzir legislação nesse sentido — afirma o vereador **Carlos Machado** — «é necessário regulamentar, fazer cumprir e criar alternativas, sem esconder das populações as causas nefastas dos resíduos industriais perigosos».

O gabinete de imprensa da Câmara de Loures informou entretanto que o executivo municipal decidiu ceder terrenos, em direito de superfície pelo período de 75 anos, a cooperativas que pretendem instalar no concelho unidades industriais. Na mesma reunião da CM de Loures foi aprovado ainda o regulamento da actividade publicitária nos núcleos antigos do concelho.

O PCP e as coligações

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no dia 26 de Julho uma nota esclarecendo a posição do Partido no que toca a alianças com outras forças para as próximas eleições autárquicas. Publicamos na íntegra esse documento.

«Respondendo a perguntas de vários órgãos da comunicação social sobre hipotéticas coligações do PCP nas próximas eleições autárquicas, o Gabinete de Imprensa do PCP está em condições de esclarecer o seguinte:

1. Como é do conhecimento público, o PCP celebrou um acordo com o PS, o PEV e o MDP para a constituição da coligação «Por Lisboa» para concorrer, em Dezembro de 1988, a todos os órgãos autárquicos do município de Lisboa, tendo por objectivo substituir a gestão desastrosa da direita do município de Lisboa por uma gestão democrática capaz de interpretar e defender os interesses da cidade.
2. Com vistas à apresentação de uma candidatura de coligação ao Município de Setúbal prosseguem negociações com o PRD.
3. Relativamente aos órgãos autárquicos de outros municípios e do maior número possível de freguesias, o PCP concorrerá em listas CDU, de acordo com a orientação claramente decorrente do XII Congresso do PCP e reafirmada pelo CC na sua reunião do dia 22 do corrente.
4. São, portanto, de natureza especulativa informações postas a circular sobre outros casos de celebração de acordos de coligação que envolvam o PCP.»



Alenquer

Nacional

O atraso do PDR e a responsabilidade do Governo

1. O reconhecimento público de que a Comissão da CEE ainda não procedeu à repartição dos fundos estruturais pelos vários objectivos, de que ainda não realizou o quadro global de apoio e que está atrasada em relação ao seu próprio calendário, vem revelar como eram justas as críticas do PCP e dos demais partidos da oposição sobre o modo atrabiliário e a pressa irresponsável como o Governo elaborou o chamado Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), pois, ao contrário do que o Governo afirmava, de nada servia ser o primeiro na entrega formal nas Comunidades.

2. A não aprovação, até esta data, do quadro comunitário de apoio do PDR, mostra com clareza como foi errada e injustificada a metodologia de gabinete adoptada

pelo Governo, na sua postura arrogante, de «quero, posso e mando» e, como tinha sido possível, com utilidade, o prolongamento da consulta às autarquias e o seu alargamento a outras entidades e o debate na Assembleia da República.

3. A elaboração fechada e sectária do PDR, com projectos plurianuais de autarquias e graves opções, sem debate público, sem consulta ao Poder Local, sem a participação da Assembleia da República, sem uma adequada avaliação de custos e proveitos e uma definição de prioridades compreendida e assumida pelos trabalhadores, pelas autarquias, as populações e os agentes económicos em geral, traduziu-se na realização de um pseudoplano regional, divorciado do País e dos seus reais interesses.

Esta metodologia teve ainda como consequências, o isolamento do Governo e a diminuição do seu poder negocial e de pressão, como os factos agora o revelam.

4. O PCP responsabiliza o Governo por não ter potenciado o seu poder de pressão e negociação, por continuar a conduzir as questões da CEE como se contada sua se tratasse, o que está a ter como consequência a sua incapacidade negocial para desbloquear a repartição dos fundos estruturais pelos diversos objectivos, bem assim como a decisão da Comissão sobre os 15% do FEDER em que estão em causa propostas relacionadas com projectos para as regiões autónomas, as regiões insulares, as regiões transfronteiriças e o gado europeu.

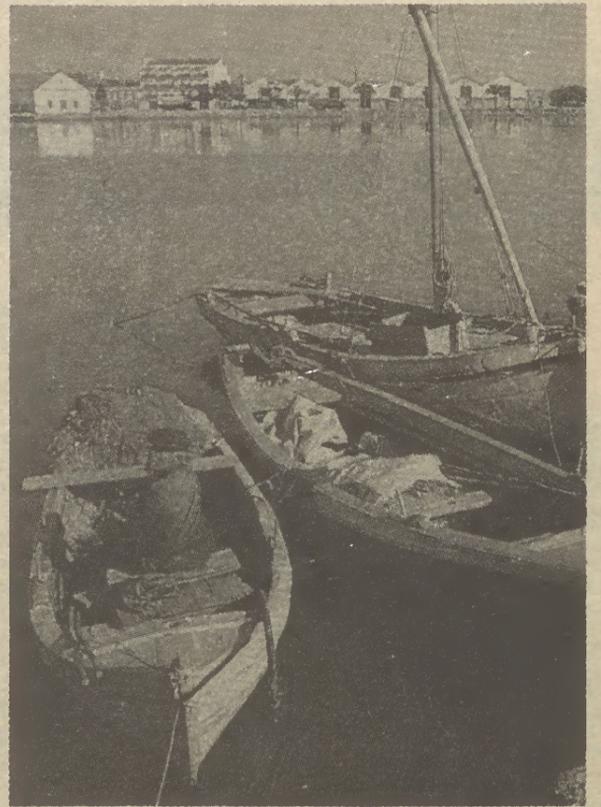
5. O PCP entende que o

Governo deveria informar com rigor e consultar com urgência as autarquias, as entidades sindicais e patronais e os partidos da oposição sobre os atrasos e os obstáculos existentes à realização do quadro global de apoio do PDR.

O PCP prosseguirá entretanto a sua luta por um sistema de planeamento democrático integrado, descentralizado e participado, de que as regiões administrativas serão uma componente fundamental e que a integração na CEE e a obrigação de apresentar planos torna ainda mais necessária, pelo respeito pelo papel próprio da Assembleia da República e pelos direitos das Autarquias.

31/7/89

O Gabinete de Imprensa do PCP



Querelas do PSD param AM do Montijo

Querelas internas entre dirigentes e eleitos do PSD impedem o normal funcionamento da Assembleia Municipal do Montijo e a resolução de questões importantes, como é o caso da reestruturação dos serviços municipais. Enquanto os representantes do PS acompanham os seus parceiros de coligação neste conturbado processo, a CDU denunciou prontamente a ilegalidade que representou a substituição do presidente da AM e recusa-lhe o seu aval.

Na sessão de 28 de Junho da Assembleia Municipal, Rogério Neves, eleito pelo PSD na lista de coligação com o PS, foi demitido pelo seu partido de presidente da AM.

Isto passa-se depois de, contrariando a estrutura local social-democrata, Rogério Neves ter votado na AM contra a autorização para alienar lotes de terreno da Câmara e pagar assim parte dos custos da empreitada das piscinas municipais. Ao que se diz no Montijo, esta atitude teve a ver com a inimizade que opõe Rogério Neves ao construtor civil a quem foi adjudicada esta obra.

Antes ainda deste «caso das piscinas», tinha havido uma outra história: António Carvalho, que tem actualmente o papel de patrão local do PSD, conseguiu que a distrital social-democrata lhe desse a posição elegível que era ocupada por Rogério Neves na lista para as eleições legislativas de 1987. António Carvalho foi mesmo eleito e passou a acumular desde então os cargos de vereador na Câmara e deputado na AR.

Na presidência da Assembleia Geral do PSD/Montijo, por outro lado, Rogério Neves foi substituído por Mercês Borges; é esta sua dirigente que o PSD pretende colocar no lugar de presidente da Assembleia Municipal.

Só que Rogério Neves reclamou da sua destituição, já que esta foi votada apenas por 13 eleitos PS/PSD, quando seriam necessários 15 votos, pelo menos, pois a lei exige para decisões deste tipo a maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções.

CDU exige legalidade

Na sessão de Junho apenas a CDU condenou a forma como foi afastado o presidente da AM, considerando-a um acto ilícito. No dia 21 de Julho a eleita do PSD Mercês Borges preparava-se para presidir, quando o problema foi levantado.

«Pasmem-se com a desfaçatez da argumentação da pretensa presidente e da bancada da maioria PSD/PS de que tudo estaria na melhor das conformidades» — comentou ao «Avante!» o eleito da CDU Acácio Dóres. «Não lhes bastou ter tratado com a maior leviandade e incompetência da destituição de um seu correligionário político, como ainda querem fazer tábua-rasa da legislação e do regimento».

A Coligação Democrática Unitária exigiu a reposição da legalidade. Mas Mercês Borges pretendeu prosseguir na presidência dos trabalhos, na sessão de dia 21, como se tudo estivesse normal. Os eleitos da CDU foram assim forçados a abandonar a sala, depois de justificar a sua posição perante a Assembleia e os muitos munícipes ali presentes.

«Lamentamos profundamente estes e outros acontecimentos que se têm verificado no actual mandato e que têm contribuído para o desprestígio dos órgãos autárquicos concelhios e da própria democracia, e responsabilizamo-nos integralmente a coligação PS/PSD pelas situações criadas» — afirmou Acácio Dóres.

Este eleito da CDU manifestou ainda a confiança da Coligação no eleitorado montijense «para que dentro de cinco meses ponha termo a este pesadelo que é a gestão PS/PSD no concelho».

Desenvolver o porto de Leixões

• PCP exige transparência

A comissão para o trabalho no porto de Leixões do PCP deu na passada sexta-feira uma conferência de imprensa sobre a situação e as perspectivas daquele empreendimento, com importância estratégica para toda a economia do Norte do País.

Os comunistas reclamam «transparência total» por parte do Governo em relação aos projectos para o moderno terminal de contentores Sul, recentemente concluído. Apontam males e propõem soluções, exigindo o respeito pelos interesses nacionais e pelos direitos dos trabalhadores do porto.

«Com as possibilidades de ampliação praticamente esgotadas, todos os esforços se concentram agora no aumento da capacidade de movimentação de carga e na redução dos custos de exploração» — constata-se num documento distribuído aos jornalistas.

Estes objectivos são considerados justos, «mas só serão alcançados com um conjunto de acções que permitam a articulação eficiente de todas as operações portuárias numa perspectiva ampla do porto como nó de comunicações com toda uma zona

envolvente da localização de armazéns, fixação de certas indústrias ligadas à actividade portuária, garantindo uma articulação com os transportes rodoviários e ferroviários» — afirma a comissão do PCP para o trabalho no porto de Leixões.

As linhas de força da acção governativa têm por base um conceito neoliberal de funcionamento e desenvolvimento dos serviços portuários, considera-se no documento: «Procura-se libertar o Estado das suas responsabilidades, privilegia-se a iniciativa privada e recomenda-se a

privatização de toda a exploração portuária, omitindo-se intencionalmente os termos previstos para a sua concretização, e insiste-se na diminuição dos efectivos laborais.»

Os comunistas verificam «com apreensão» um desmissionismo progressivo da Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL) como entidade exploradora e proprietária dos meios de produção. Além disso, vive-se também «uma situação de subsídio disfarçado, de transferência de lucros do sector empresarial do Estado para o sector privado». Como? Assim: «A APDL investe os dinheiros do Estado e aluga o equipamento a preços baixos, e os operadores portuários retiram os dividendos.»

«Compreende-se que a privatização formal e plena não interessa aos operadores portuários — comenta o PCP —, «mas antes um ne-

gócio em que o bolo se reparte ficando os OP com a carne e os lucros e a APDL, com os ossos, os investimentos e prejuízos».

Sublinhando que «é indispensável uma forte intervenção estatal» no porto de Leixões, os comunistas afirmam que «o Governo do PSD não tem o direito de malbaratar uma empresa como esta, que presta um serviço público essencial, onde investe, em 1989, 1200 milhões de contos, e com uma facturação anual na ordem dos 3500 milhões de contos».

O PCP denuncia ainda a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores do porto, apelando à unidade e à luta contra a flexibilização do emprego e o «desregramento» das relações de trabalho.

No Centro Coordenador do Trabalho Portuário — segundo aquele organismo do PCP — está a ser preparada uma redução «drástica» do número de trabalhadores em cerca de meio milhar de efectivos.

Camaradas Falecidos

Sebastião Valente

Faleceu recentemente o camarada **Sebastião Marques Valente**, natural das Arrozeias (Alhos Vedros), onde estava organizado. Militante do Partido desde a juventude, foi perseguido e preso durante o fascismo. Tanto sob a ditadura, como depois do 25 de Abril, foi um dinâmico impulsor da actividade do Partido e desenvolveu um trabalho de vulto junto dos trabalhadores rurais, nos sindicatos, nas colectividades (nomeadamente no Chinquillo Arrozeense e no rancho folclórico das Arrozeias).

José Manuel Almeida

Num acidente de viação faleceu o camarada **José Manuel Santos Almeida**. Tinha 22 anos, era natural da freguesia do Socorro (Lisboa), filho dos camaradas Joaquim Neves Almeida e Mariete Santos Almeida. Vivia há 19 anos, com os pais, em Ambarês, perto de Bordéus (França).

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, as respectivas organizações e o «Avante!» manifestam sentidas condolências.

«Portugal bulletin»

Foi distribuído mais um número do «Portugal bulletin», editado pela fundação holandesa Tulipa Vermelha. Este é o segundo número de 1989 daquele boletim trimestral e nele tem lugar de destaque o 15.º aniversário do

25 de Abril, assinalado com três entrevistas — Aniceto Afonso (militar de Abril que visitou a Holanda), Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho — e duas páginas de fotografias de João Silva.

O «Portugal bulletin» n.º 2/89 publica ainda artigos de José Jorge Letria («Representação policial ensombrou a memória de Abril») e outro sobre rádios locais), traduções de artigos sobre a eucaliptização publicados no «Expresso» («Revolta em Trás-os-Montes») e no trimensário alemão «Tranvia» («Fazem deste país um deserto») e de mais um capítulo do livro «Tarratal — Testemunhos», fotografias do 1.º de Maio, uma cronologia «Portugal dia-a-dia, mês-a-mês» e caricaturas da imprensa portuguesa.





Parlamento Europeu

Novas perspectivas para a coesão económica e social

O Parlamento Europeu — já com a nova composição resultante das últimas eleições — reuniu a semana passada em Estrasburgo sob o signo das grandes declarações de princípio, a que a prática futura se encarregará de dar — ou não — expressão prática. Referimo-nos naturalmente às afirmações de Jacques Delors, presidente da Comissão da CEE, bem como às de Enrique Baron Crespo, o novo presidente do Parlamento, segundo as quais «se aproxima a hora da verdade para a Europa Social».

A eleição do socialista espanhol Baron Crespo, o mais novo dos presidentes daquela instituição comunitária, traduz a actual correlação de forças no PE, onde existe agora uma maioria democrática.

Na sua intervenção de abertura, Baron Crespo anunciou como principais objectivos do seu mandato a conjugação de esforços para dotar o PE de mais poderes, convidando os deputados a fazer uma reflexão séria sobre a missão que lhes está confiada. «É necessário, afirmou, que a imagem de uma caixa de ressonância dos conflitos internacionais dada pelo Parlamento seja definitivamente posta de lado, para dar lugar à imagem de um verdadeiro motor, juntamente com a Comissão, de um trabalho contínuo e eficaz».

Defendendo que «a preocupação primordial do PE deverá ser a resolução dos problemas imediatos que afectam directamente os cidadãos europeus», Baron Crespo afirmou que durante o seu mandato dará particular atenção ao apoio às regiões mais desfavorecidas da CEE, à dimensão social do mercado interno, à defesa do meio ambiente e à questão da «cidadania europeia».

Também Jacques Delors, que expôs aos eurodeputados as dificuldades inerentes à concretização da União Económica e Monetária, afirmou em Estrasburgo que «se aproxima a hora da verdade para a Europa Social», lembrando ao mesmo tempo o compromisso da CEE em criar pelo menos cinco milhões de empregos entre 1988 e 1990.

Trata-se, no essencial, do reconhecimento de uma necessidade que, como diria o camarada Carlos Carvalhas ao intervir no debate sobre o programa de actividades a desenvolver pela presidência francesa da comunidade, tem criado muitas expectativas que no entanto acabariam por não se concretizar.

Coesão Económica e Social

«As duas anteriores presidências criaram expectativas sobre a concretização de orientações sobre a coesão económica e a dimensão social do desenvolvimento. Temos que reconhecer que as expectativas foram frustradas.» As palavras são do camarada Carlos Carvalhas, que fez notar na sua intervenção que «os passos da-

dos nestes dois objectivos foram praticamente nulos».

Como salientou, «continua a avançar o Mercado Único, a liberalização da circulação de capitais, a abertura dos mercados públicos, com a subalternização da resolução das questões sociais e da aproximação dos níveis de desenvolvimento».

Após lembrar que a nova presidência comunitária está no limite temporal para tomar medidas face a 1992, o eurodeputado comunista considerou que «a carta social, o combate ao desemprego e à precarização do emprego, as questões do ambiente e a atenuação das assimetrias regionais e nacionais não podem continuar a esperar».

Os países com economias mais débeis, como é o caso de Portugal, sujeito a um duplo choque — o da integração e o do Mercado Único — necessitam de medidas específicas e efectivas de apoio que permitam a reestruturação e a modernização dos seus aparelhos produtivos. Orientações e medidas que devem preceder e acompanhar a abertura dos mercados internos e que devem ultrapassar a duplicação dos fundos, permitir novos sistemas de financiamento e linhas específicas de crédito — afirmou ainda Carlos Carvalhas, para quem já é tempo de se passar das declarações de intenção às medidas concretas e pragmáticas.

Uma preocupação presente de resto em toda a actualização dos comunistas portugueses no Parlamento Europeu, onde desde a primeira

hora vêm levantando questões de interesse nacional.

Ainda sobre a coesão económica, por exemplo, Carlos Carvalhas fez chegar à Comissão uma pergunta sobre as medidas suplementares de apoio, financeiras e outras, previstas para facilitar a convergência e a coesão nomeadamente em relação à economia portuguesa, e às economias que se debatem com problemas estruturais.

Aquele deputado fundamentou a sua pergunta, a aguardar resposta, no facto de a própria Comissão, na sua comunicação ao Conselho de Junho, ter reconhecido que a convergência entre os Estados membros não tem progredido, considerando mesmo preocupante a aceleração da inflação, dos défices orçamentais e das Balanças de Transacções Correntes, designadamente em relação a Portugal. Acresce ainda que a Comissão se mostrou preocupada em relação à «perspectiva da passagem à união económica e monetária», o que no caso português se agrava com a previsão de que o défice da BTC atinja este ano os 15 000 milhões de dólares, mais de 3 por cento do Produto Interno Bruto.

Uma questão, como se compreende, a exigir muito mais do que meras declarações de intenção.

Outras questões

Os deputados comunistas apresentaram ainda outras questões à Comissão das Comunidades, designadamente sobre o apoio à indústria têxtil, o papel das Pequenas e Médias Empresas

Segundo informação do secretariado do Grupo Parlamentar do PCP no Parlamento Europeu, os deputados comunistas portugueses naquele órgão passam a participar nos seguintes cargos, comissões e delegações:

Carlos Carvalhas — Vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda (comunistas, progressistas, Worker's Party); Efectivo na Comissão dos Assuntos Económicos, Monetários e da Política Industrial; Suplente na Comissão da Política Regional e do Ordenamento Territorial; Suplente na Comissão dos Direitos da Mulher; Vice-presidente da Delegação para as relações com a ONU.

Miranda da Silva — Efectivo da Comissão dos Orçamentos; Suplente da Comissão da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Sub-Comissão «Pescas»; Efectivo da Delegação para as relações com os países da América Central e do Grupo Contadora.

Barros Moura — Vice-presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego; Suplente da Comissão da Energia, Investigação e Tecnologia; Membro da Assembleia Paritária com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP/CEE).

nas e Médias Empresas (PMEs) na concretização da coesão económica e social, o corte de subsídios a associações de estrangeiros, bem como uma proposta de resolução para auxílio financeiro aos agricultores portugueses afectados pelos temporais de Junho.

Em relação à indústria têxtil, a questão que se coloca é a de saber que medidas e apoios estão previstos para permitir a reestruturação do sector, que em Portugal representa cerca de 30 por cento do emprego na indústria transformadora e cerca de 30 por cento das exportações do país. A questão é tanto mais pertinente quanto é certo que o PEDIP não foi negociado para resolver o caso específico dos têxteis e que por si só é insuficiente para modernizar o sector.

A mesma questão se coloca em relação às PMEs, dada a reconhecida importância que tais empresas têm em países como Portugal.

No que respeita ao corte de subsídios a associações de estrangeiros, recentemente

te decidida pela municipalidade de Roterdão, visando a sua redução gradual segundo um programa faseado até à completa eliminação a partir de 1993, por alegadas dificuldades orçamentais, a questão que se levanta é a de saber se tal atitude fere ou não o princípio da não discriminação entre nacionais e estrangeiros que integra a liberdade de circulação de pessoas no espaço comunitário.

Cabe salientar, finalmente, a proposta de resolução apresentada pelos deputados Carlos Carvalhas, Miranda da Silva, João Cravinho, Coimbra Martins, António Capucho, Carlos Pimenta, Lucas Pires e Carvalho Cardoso, solicitando à Comissão um auxílio financeiro de emergência de 10 milhões de Ecus para apoio aos agricultores de Meda, Pinhão, Armamar, Penalva do Castelo, Oliveira do Hospital, Chaves, Redondo e da lezíria de Vila Franca de Xira, afectados pelos temporais de Junho, de forma que possam ser compensados pelos enormes danos sofridos.

Internacional

Saudação ao Congresso do Partido Congolês do Trabalho

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Congolês do Trabalho, por ocasião do seu IV Congresso, a saudação que a seguir se transcreve na íntegra.

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses transmitimos ao IV Congresso do Partido Congolês do Trabalho, e por intermédio dos seus delegados a todos os membros do vosso Partido e ao povo congolês, as mais fraternais saudações e os votos dos melhores sucessos.

O PCP tem em alto apreço o papel decisivo dos camaradas congolezes na liquidação do domínio colonial e na conquista da independência, os seus esforços para vencer o subdesenvolvimento e edificar uma nova sociedade orientada pelos ideais de progresso e justiça social, a sua contribuição para a completa libertação do Continente Africano, designadamente da África Austral, dos flagelos do colonialismo, da ingerência imperialista e do «apartheid». Hoje, como no passado podeis estar certos da solidariedade dos comunistas portugueses.

É para nós motivo de grande alegria e satisfação verificar que as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o PCT, estabelecidas há longa data, continuam a desenvolver-se e a aprofundar-se tendo como base os ideais comuns do progresso social, da paz e do socialismo.

Para o PCP a amizade, cooperação e se possível unidade das forças do progresso social é necessária para fazer avançar e tornar irreversível o processo de desarmamento e desanuviamento, para alcançar a solução política dos mais perigosos conflitos regionais na base do respeito pela soberania e livre opção do desenvolvimento de cada povo, para liquidar os flagelos do subdesenvolvimento e da dívida externa e promover uma nova ordem económica internacional livre da exploração neocolonialista.

O imperialismo não mudou de natureza. Colocado na defensiva, pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e pela inovadora política de paz da URSS e dos países socialistas, não desistiu entretanto dos seus propósitos de revanche social e supremacia militar. A cooperação do movimento ope-

rário dos países capitalistas, dos países socialistas, dos países progressistas e do movimento de libertação nacional é de fundamental importância para assegurar o avanço pelo caminho da paz e do progresso social.

Em Portugal o PCP prossegue a sua luta em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, das conquistas da Revolução de Abril, da independência e soberania nacional, ameaçadas pela ofensiva contra-revolucionária. Conjugando a luta de massas, que considera decisiva, com a acção no plano das instituições democráticas onde mantêm sólidas posições, os comunistas portugueses fazem frente à política antipopular e antinacional do governo do PSD, combatem as nefastas consequências da adesão de Portugal à CEE, lutam por uma política de relações externas diversificadas e de paz e amizade com todos os povos, procuram a convergência e cooperação de todas as forças democráticas.

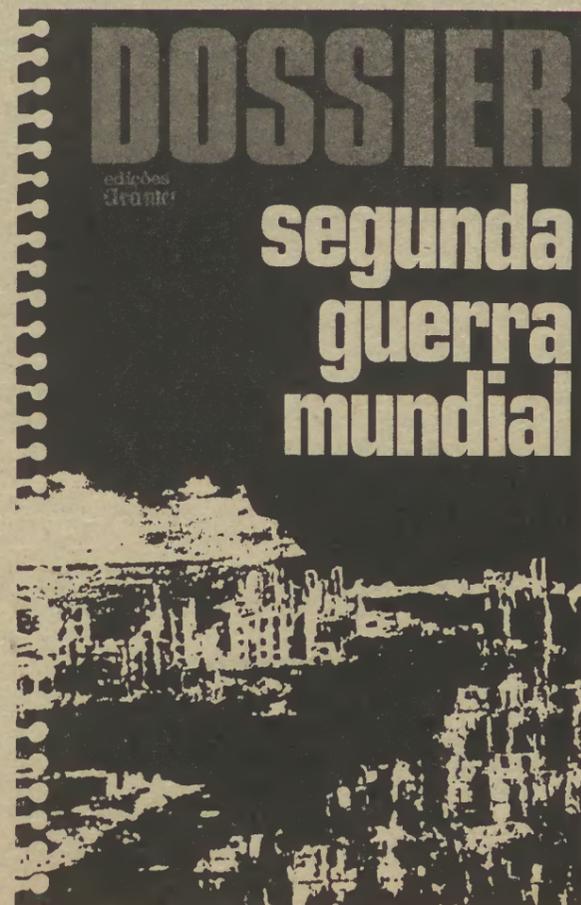
A recente revisão da Constituição, alcançada pela direita com a colaboração do PS, cria condições mais difíceis à nossa luta. Mas o desenvolvimento de um amplo movimento popular assim como os resultados das recentes eleições para o PE em que o nosso Partido obteve um êxito significativo, mostram que a base social e política do governo de direita se enfraquece e que é possível uma alternativa democrática.

Seguindo a orientação traçada no nosso XII Congresso, lutando por uma democracia avançada no limiar do século XXI que incorpore as realizações e valores da Revolução de Abril, os comunistas portugueses estão confiantes no futuro democrático, independente e progressista de Portugal.

Queridos Camaradas:

Uma vez mais desejamos sucessos aos trabalhos do vosso IV Congresso. Expressamos a nossa vontade de prosseguir e reforçar as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum da paz, do progresso social e do socialismo.

Viva o IV Congresso do Partido Congolês do Trabalho!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Congolês do Trabalho!



Internacional

Conferência de Paris debate paz no Camboja

A conferência internacional sobre o Camboja terminou anteontem em Paris com um acordo de princípio que representa um «passo importante na via que deverá conduzir ao regresso da paz», como afirmou o ministro francês dos Negócios Estrangeiros. Foi decidido enviar ao Camboja uma delegação para preparar um futuro acordo de paz e, ainda, formar três comissões com a missão de criar os necessários mecanismos de controlo, tratar das garantias internacionais e da questão dos refugiados.

Em causa está, para além da retirada das tropas vietnamitas do Camboja, a negociação das condições de um cessar-fogo efectivo entre as forças governamentais e os três grupos que conduzem a resistência armada.

Os *khmers* vermelhos, a mais forte das facções armadas, têm constituído até ao momento o principal pomo da discórdia. Enquanto o Vietname, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, defende que os *khmers* devem ser condenados por genocídio e expulsos do país, a China, que os apoia, afirma não estar disposta a suspender a ajuda que presta àquela organização a menos que se chegue a um acordo de paz incluindo a participação dos três grupos armados num governo provisório de transição.

Importa recordar aqui, antes do mais, que os *khmers*, sob a liderança de Pol Pot, foram os responsáveis pela morte de cerca de um milhão

de cambojanos durante o seu governo, de 1975 a 1979, data em que as forças patrióticas, apoiadas pelo Vietname, tomaram o poder.

Não deixa de ser curioso registar que o próprio príncipe Sihanouk, chefe da coligação que se opõe ao governo do primeiro-ministro Hun Sen, acusa os *khmers* vermelhos de estarem a «sabotar todos os esforços de paz», tendo apelado à China para que «faça pressão» sobre a organização que apoia.

O que parece uma forma implícita de dar razão à parte vietnamita, para quem o «regime de genocídio de Pol Pot deve ser erradicado definitivamente do mesmo modo que o foram os regimes fascistas na Alemanha e na Itália e o regime militarista no Japão, depois do fim da Segunda Guerra Mundial».

Os autores do genocídio devem ser castigados e esta conferência não lhes deve assegurar qualquer poder de veto, seja em que



A espera da paz...

circunstâncias for — afirmou a propósito o representante vietnamita à conferência de Paris.

Uma conferência que, apesar do aparente impasse em que caiu, a generalidade dos observadores não deixa de considerar da maior importância para a paz no Cam-

boja. Essa opinião é partilhada, por exemplo, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Eduard Chevardnadze, que logo na abertura dos trabalhos classificou a conferência como «um marco crucial na regularização do conflito cambojano».

Após salientar que a URSS está disposta a contribuir para que seja alcançado um cessar-fogo no Camboja, ainda antes da retirada das tropas vietnamitas daquele país, prevista para Setembro próximo, Chevardnadze sublinhou a necessidade de tomar medidas concretas para pôr termo à ajuda militar externa a todas as partes envolvidas e garantir ao país o estatuto de Estado independente, neutro e não-alinhado.

O responsável soviético alertou ainda para a importância das negociações consagrarem «mecanismos de controlo» eficazes dos acordos que vierem a ser alcançados, referindo a propósito a experiência do Afeganistão onde «lamentavelmente, o mecanismo de controlo não chegou a impedir a intromissão ampla e aberta nos assuntos do Estado soberano, e não está em condições de reagir às violações grosseiras dos acordos de Genebra» pelas forças paquistanesas.

O processo de regularização do problema do Camboja será sem dúvida complexo e ainda longo. Mas os trabalhos vão continuar em comissões e no final deste mês ou em Setembro nova cimeira terá lugar, presumivelmente de novo em França.

Balanço positivo nas relações leste-oeste — considera Gorbatchov

O dirigente soviético Mikhail Gorbatchov classificou anteontem de positivas as relações actualmente existentes entre a União Soviética e os países ocidentais, ao intervir na sessão do Soviete Supremo da URSS para informar os deputados das suas recentes visitas a Londres, Bona e Paris. Gorbatchov afirmou existir hoje mais confiança, mais clareza e mais abertura nas relações com o ocidente, o que se reflecte na forma de encarar o futuro da Europa e do mundo, sem deixar no entanto de alertar para o perigo de países ocidentais virem a querer aproveitar as reformas em curso nos países socialistas para os desestabilizar.

Segundo o dirigente soviético, as suas visitas às referidas capitais europeias foram importantes por se terem realizado num momento em que na Europa ocidental se toma consciência da necessidade de compreensão mútua e

cooperação com a URSS e existe a vontade de debater todos os problemas, no contexto da realidade e do equilíbrio de interesses, superando as atitudes de confrontação.

Salientou a propósito as possibilidades de eficácia do

diálogo sobre os problemas europeus, que na sua opinião crescem à medida que aumenta a compreensão da inutilidade e do perigo inerentes às tentativas de desestabilização dos países socialistas, aproveitando as reformas que aí se realizam, manifestando a convicção de que no ocidente se começa a compreender que o êxito da perestroika na URSS não significa a transformação capitalista da sociedade socialista. Ainda neste contexto, Gorbatchov considerou normais as recentes visitas do presidente norte-americano, George Bush, à Polónia e à Hungria, mas sublinhou a necessidade de dominar a tentação de aproveitar os complexos processos de transformação nos países socialistas para os desviar do rumo escolhido, o que poderia ter consequências negativas para a Europa.

O dirigente soviético abordou também a questão das relações com os restantes países membros do Tratado de Varsóvia, expressando a opinião de que a recente conferência do comité político consultivo, realizada em Bucareste, mostrou a necessidade de transformar o Tratado de uma aliança militar-política numa organização políti-

co-militar, ao mesmo tempo que se desenvolvem as relações com a NATO até estarem amadurecidas as condições para a dissolução dos dois blocos.

Salientando que a existência de pontos de vista divergentes, como sucedeu em Bucareste, não impediu os aliados de chegarem a um entendimento sobre a actualização comum, Gorbatchov considerou que na referida reunião ficaram confirmadas as novas relações no seio da comunidade socialista, sendo claro para todos que não existem modelos universais de socialismo e que ninguém possui o monopólio da verdade.

A Casa Comum

Referindo-se à ideia da «Casa comum» europeia, Gorbatchov opinou que ela está a adquirir um carácter cada vez mais realista e avançou a possibilidade de o Conselho da Europa poder vir a tornar-se numa estrutura fundamental daquele objectivo, um local de análise conjunta de importantes iniciativas.

Na sua análise das convergências com os países ocidentais, o chefe de Estado

soviético mencionou o carácter inaceitável do recurso a meios militares para a resolução de conflitos entre países, a primazia dos valores humanos universais, a liberdade de escolha, a redução do nível de armamentos, a necessidade de adaptação económica entre os dois blocos, a internacionalização dos esforços no domínio ecológico, o papel dos factores humanitários e culturais no processo político, aspectos que considera indicadores do nascimento de uma nova mentalidade.

As divergências com o ocidente foram reduzidas por Gorbatchov ao papel das armas nucleares e da «dissuasão nuclear», a que a URSS se opõe. No entanto, Gorbatchov não deixou de referir os passos positivos dados pelos Estados Unidos, designadamente com a retirada da Europa de um significativo número de armas nucleares, a moratória ao fabrico de plutónio e trítio para armas e a redução do programa de fabrico de carros de combate. Aspectos que, juntamente com a resposta de Bush à proposta dos países socialistas de redução dos armamentos convencionais na Europa, permite encarar o futuro com mais confiança.

«Milhares de empregados bancários em Lisboa, Coimbra e Porto estão em luta contra os colossos da finança.

O que reivindicam os bancários? Aumento de 30% nos seus vencimentos, direito à reforma aos 65 anos em vez dos 70, aumento do subsídio de férias; redução dos anos de trabalho para usufruírem o direito à reforma e mais largo período de férias; aumento do subsídio de reforma por cada aumento de vencimento. (...)

Os magnates da Banca pretendem ignorar as reivindicações apresentadas e fazem depender qualquer concessão de aumento de vencimentos, do aumento da produtividade dos bancários, através de uma intensificação do trabalho diário, da eliminação do trabalho ao sábado e do acréscimo de uma hora por dia (o que daria mais hora e meia de trabalho semanal, do início da actividade às 9 horas, com uma hora para almoço, serviço ininterrupto dos bancos e encerramento às 17.30.

Após reiteradas diligências os magnates da Banca dispõem-se a conceder um aumento de 10 a 15%, mantendo as determinações anteriores.

Esta luta reivindicativa é assinalada por um firme e crescente apoio dos bancários à comissão dos bancários que os representa e por uma activa resistência às propostas e imposições dos representantes dos bancos.»

(«Contra o poder dos bancos a luta unida dos bancários» — «Avante!», VI série, n.º 381, Agosto de 1967)

AVANTE!

«O Papa Paulo VI coroou a sua visita a Fátima com um gesto lamentável, condecorando, como a imprensa portuguesa anunciou, o secretário da Presidência do Conselho e o director da Pide, o sinistro Silva Pais.

Não se diga que Paulo VI ignorava toda a projecção do seu acto. Em carta dos familiares dos presos, a ele dirigida, dava-se conhecimento de situações revoltantes de patriotas encarcerados, geradas pelo arbítrio e a violência do regime, onde Silva Pais tem uma função executora responsável. A Junta Revolucionária da Frente Patriótica de Libertação Nacional enviou ao Papa um telegrama denunciando a repressão salazarista. O escritor católico francês Jean Marie Domenach, director da revista «Esprit», escrevia na altura: «O Papa sabe que há no mundo milhões de católicos que levaram o Concílio a sério e que a propósito de Portugal e Espanha estão firmemente decididos a nunca se tornarem mercedores dessa censura terrível: a de pertencerem a uma igreja que reclama a liberdade quando ela própria é oprimida, e que ajuda a aboli-la quando conta com os favores do poder».

Silva Pais não é uma personalidade ignorada. É o director de um selvático instrumento de torturas e de crimes: a Pide. (...)

Em nome da causa da defesa da pessoa humana, que Paulo VI diz defender, não se louvam e condecoram assassinos (...)

(«Um gesto lamentável» — «Avante!», VI série, n.º 381, Agosto de 1967)

Delegação do PCP no Zimbábué

A convite do Comité Central da ZANU-FP, visitará o Zimbábué, entre 1 e 6 de Agosto, uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

A má Educação do Governo



O PCP diz o que vai mal (praticamente tudo...) na política de Educação e Ensino do Governo Cavaco

A Comissão para as Questões da Educação e Ensino junto do CC do PCP reuniu a semana passada com a Imprensa para «fazer um balanço genérico da situação da Educação e do Ensino e apresentar propostas para uma política alternativa.» Particularmente em foco as responsabilidades do PSD nos graves problemas do Ensino, as consequências devastadoras da política seguida no sector em relação aos jovens, as previsíveis dificuldades para o País daí resultantes e o desprezo sistemático do Governo para com os profissionais do Ensino.

Estiveram presentes na conferência de Imprensa **Agostinho Lopes**, da Comissão Política do CC do PCP e responsável por esta frente de trabalho, a professora **Manuela Esteves**, suplente do CC do PCP, **António Filipe**, deputado e dirigente da JCP e **Manuel Correia**, do gabinete de Imprensa do PCP.

Após se explicar a oportunidade dum balanço no final deste ano lectivo e do reiterar das propostas do PCP para este importante sector, foi feita uma breve e contundente crítica à actuação do executivo nesta área.

«O Governo PSD/Cavaco Silva está já a perfarer metade do seu mandato — recordou-se. Há 10 anos que — quase sem interrupções — o PSD dirige o Ministério da Educação. E a situação a que se chegou, dificilmente poderia ser mais crítica, negativa, lesiva e frustrante para todos aqueles a quem os problemas educativos tocam mais de perto — os jovens, as famílias, os docentes e técnicos de educação».

Além disso «o Governo PSD/Cavaco Silva dispôs à partida de vários factores altamente favoráveis, tanto no plano político e institucional, como no plano financeiro — dispôs, designadamente, de uma maioria parlamentar homogénea e obediente, de uma Lei de Bases do Sistema Educativo amplamente consensual, de avultadas verbas do FEDER e do FSE».

Os jovens

Neste quadro «a situação actual mostra à evidência no Sector da Educação (à semelhança do que sucede em todos os outros) que a política do Governo transformou condições favoráveis em rotundo fracasso; transformou expectativas

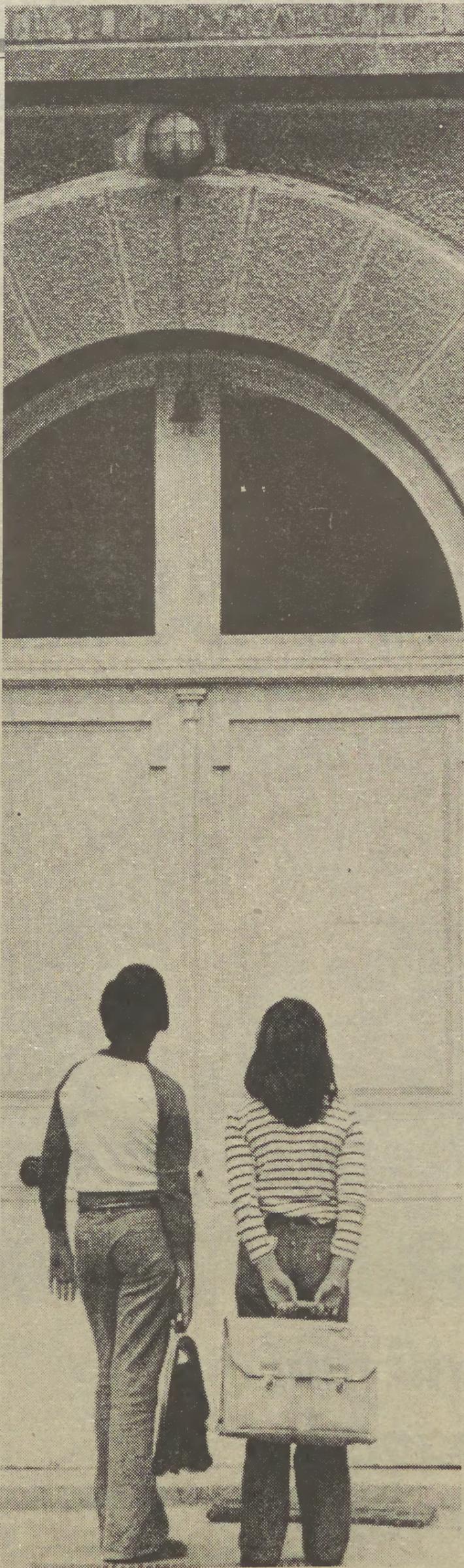
A má educação do Governo

positivas em profunda frustração; transformou consensos em radicalizados e agudos conflitos».

Entretanto para os jovens em situação escolar e respectivas famílias, o ano escolar manteve ou acentuou factores de profunda desconfiança e frustração. «Defrontando-se com a ausência de condições de aprendizagem adequadas, frequentando escolas, regra geral, superlotadas, degradadas e desprovidas de material pedagógico de apoio mínimo, deparando com a total ausência de uma política de apoios sociais suficientes, centenas de milhar de jovens continuaram a engrossar o triste recorde estatístico do país da Europa com as mais elevadas taxas de insucesso escolar», sublinhou-se.

No respeitante à questão prioritária e decisiva da formação profissional, é com profunda preocupação que o PCP constata a ausência de qualquer orientação clara. «Os cursos de formação profissional, tanto a nível escolar como ao nível extra-escolar, raramente se ajustam às possibilidades e necessidades do mercado de trabalho. O desemprego e o subemprego continuam a alastrar entre os jovens, de modo que a frequência de cursos de formação profissional tornou-se, para muitos deles, uma maneira de angariar alguns meios, embora precários, de subsistência. Ao mesmo tempo, assiste-se à restauração de vias de formação profissionalizante precoce para jovens que frequentam a escolaridade obrigatória, e que constituem, no essencial, tentativas para mascarar — e não para resolver — os problemas do insucesso escolar que, reconhecidamente, penaliza sobretudo os jovens oriundos dos meios socioeconómicos e culturais mais deprimidos e desfavorecidos».

Quanto ao novo sistema de acesso ao ensino superior, «veio este ano agravar escandalosamente aqueles que eram já os traços mais negativos e foram introduzidos novos factores de discriminação. Com o novo sistema agravaram-se as desigualdades entre candidatos — em termos socioculturais, em termos regionais, em termos económicos. Confirmando um alerta lançado em devido tempo, criaram-se mecanismos que podem colocar os jovens à mercê de discriminação ideológica. No que respeita à Prova Geral de Acesso, desapareceu qualquer vestígio de objectividade e uniformidade de critérios ou de justiça relativa na apreciação das candidaturas, quanto mais de quaisquer das regras universalmente aceites para a avaliação de conhecimentos. Tudo servirá ao Governo para chegar ao mesmo lamentável resultado: em cada três jovens em condições de o fazer, só um terá acesso ao ensino superior».



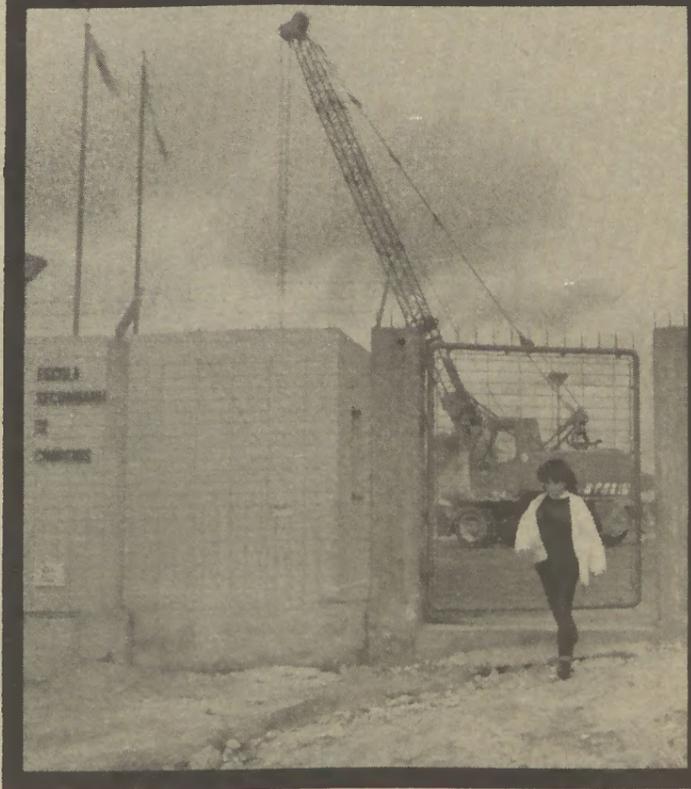
valorizada — carreira docente do ensino não universitário, posicionamento dos professores no quadro geral da administração pública — «o Governo teve o mérito de mostrar com clareza como concebe essa carreira e esse enquadramento: uma carreira desmotivante, burocratizante, de funcionários e agentes do ensino, trabalhadores de 2.ª». E adianta o PCP:

«Neste como noutros sectores, as concepções retrógradas, a arrogância e a prepotência do Governo deixaram-no inteiramente isolado. Perante a luta unânime dos professores, viu-se obrigado a recuar em algumas das suas intenções mais

gravosas». Quanto às questões fundamentais presentemente em jogo, elas são sobejamente conhecidas:

No caso das carreiras docentes do ensino superior, «o Governo está a pôr em causa direitos adquiridos pelos professores de forma tão gravosa que estes últimos têm respondido a essa ofensiva brutal com uma luta determinada e amplamente participada no período de realização das provas específicas».

Os professores dos ensinos básico e secundário «conseguiram, com a sua luta, um importante sucesso. Mas a luta não terminou, nem está ganha. E se os professores conseguiram já significativos resultados,



mais significativo é o importante património de unidade, vombatividade e determinação alcançados, a dinâmica que atraiu à luta sindical muitos que pela primeira vez intervieram activamente. É sobre essa base, e nessa dinâmica combativa e unitária, que assenta a firme confiança que as duras batalhas por travar poderão ser ganhas», adverte o PCP.

A reforma do sistema educativo

Outra questão central do Ensino, no nosso País, é a reforma do sistema educativo. Aí o PCP recorda:

«Em 1986 a Assembleia da República aprovou uma Lei de Bases do Sistema Educativo com grande maioria de votos a favor, incluídos os do PSD. Por imperativo legal e político, deveria o actual Governo sentir-se obrigado a cumprir a lei e a proceder à reforma do sistema educativo. Passados três anos, nada de positivo foi feito nesse sen-

tido. Nem novos planos curriculares devidamente articulados, nem gratuitidade da escolaridade obrigatória, nem resolução de problemas e elevação do nível e da qualidade da formação de professores, nem participação democrática da comunidade na administração do sistema educativo, nem lançamento de projectos de formação profissional adequada para os jovens, nem verbas necessárias à expansão do sistema no Orçamento de Estado».

O Ministério da Educação «investiu, entretanto, centenas de milhar de contos num projecto dito de combate ao insucesso escolar que até agora não produziu quaisquer resultados positivos, devido ao seu carácter burocrático e administrativista, desarticulado, sem quaisquer perspectivas pedagógicas, sem contemplar, entre outros, o necessário envolvimento dos professores e das escolas», denuncia o PCP, que acrescenta:

«Não se pense, todavia, que tudo isto ocorre com o vazio da política educativa protagonizada por um ministro pseudo-dialogante, ou com as propostas de vez em quando propa-

Os professores

Entretanto «desde o 25 de Abril que não se verificava uma ofensiva tão brutal e aberta contra os direitos sociais e profissionais dos professores». Mas também nunca, como neste ano lectivo, «os professores participaram de forma tão massiva, intensa e determinada na luta pelos seus direitos». Num ano em que foram colocadas questões reivindicativas e profissionais que estão no cerne das aspirações dos professores a uma profissão dignificada e



gandeadas por uma Comissão de Reforma tão cheia de auto-suficiência quanto inoperante».

Finalmente «há uma política geral que não é assumida em discursos mas que vai sendo posta em prática: degradação do ensino público, privilégios e grandes investimentos

do Estado no ensino particular de acesso mais restrito, responsabilização crescente e ilegítima das autarquias pelo financiamento do sistema público de ensino, privatização da educação pré-escolar. O Governo trata de desresponsabilizar o Estado das suas obrigações em relação à

maioria da população e de apoiar largamente algumas minorias sociais privilegiadas onde julga estejam os seus apoiantes incondicionais», conclui o PCP.

Entretanto veja-se, em caixa nesta peça, as propostas genéricas do PCP para o sector. ■

Alternativas e propostas

Na educação, como em todos os outros sectores da vida nacional, o PCP não só critica a actual política como propõe alternativas e soluções democráticas.

«A concretização da Lei de Bases do Sistema Educativo, através das reformas que ela impõe, é hoje condição não só de realização humana e social dos nossos jovens como de atenuação dos traços de dependência que, por via do atraso científico e tecnológico e da falta de preparação dos recursos humanos, o nosso país sofre em relação a países mais desenvolvidos», começa por definir o documento do PCP, que acrescenta:

«Diante da perspectiva do Mercado Único em 1993 ainda mais a educação deveria ser, não em palavras mas em factos, uma das grandes prioridades de uma política efectivamente nacional.

«Tal prioridade à educação passa decisivamente pelo reforço das verbas para a educação e pela melhoria da qualidade do trabalho e das condições de trabalho nas escolas. A luta contra o analfabetismo, o cumprimento

efectivo e com sucesso da escolaridade obrigatória de 9 anos para todos os jovens, o alargamento da educação pré-escolar, o desenvolvimento da educação e do ensino especial, a preparação dos jovens para o desempenho de uma profissão, a expansão do ensino superior e o desenvolvimento da educação e do ensino especial, a preparação dos jovens para o desempenho de uma profissão, a expansão do ensino superior e o desenvolvimento da investigação científica, se por um lado exigem condições materiais, por outro, exigem competência de quem governa e a mobilização de toda a sociedade. Nem de umas nem de outras o actual Governo cuida, nem poderia fazê-lo, porque não é essa a sua vocação política», sublinha-se.

«O mais grave conflito que hoje atravessa a sociedade portuguesa é o que opõe o Governo PSD/Cavaco Silva às aspirações dos portugueses a um futuro de progresso, democratização, desenvolvimento económico, social e cultural. Esse conflito encaminhar-se-á tanto mais rapidamente para a solução, quanto mais força, empenho, seriedade e honestidade houver na convergência nos pontos fundamentais de uma política alternativa. Neste ano lectivo, professores, estudantes, pais, deram, com a sua determinação e a sua luta, um importante exemplo e um sólido contributo para que tal objectivo seja alcançado», recorda-se.

«O PCP, no ano lectivo que agora termina, apresentou várias propostas legislativas em matéria de educação, na Assembleia da República, e promoveu o debate público de algumas questões particularmente relevantes neste sector da vida nacional. No próximo ano lectivo, o Partido continuará a empenhar-se, por todas as formas ao seu alcance, na defesa de uma reforma educativa democrática», acrescenta o documento, que conclui:

«A reforma educativa de que o País necessita deverá ser perspectivada com a participação de todos os interessados nestas questões e, em particular, professores, pais, jovens e autarcas. A luta por essas perspectivas não será fácil, no contexto da actual política nacional, mas não deve ser esse motivo suficiente para que se não prossiga em tal caminho.»



Manuela Esteves, Agostinho Lopes, António Filipe e Manuel Correia durante a conferência de imprensa realizada após a reunião da comissão para as questões da Educação e Ensino junto do CC do PCP

Cette fois-ci, la justice est du côté du plus fort



Desta vez, a justiça está do lado do mais forte (Coleção de Vinck)

«Le roi et la cour dans la tourmente» ou a Revolução Francesa

através da caricatura

O padre Tise: Graças a Deus, passo muito bem (Coleção de Vinck)

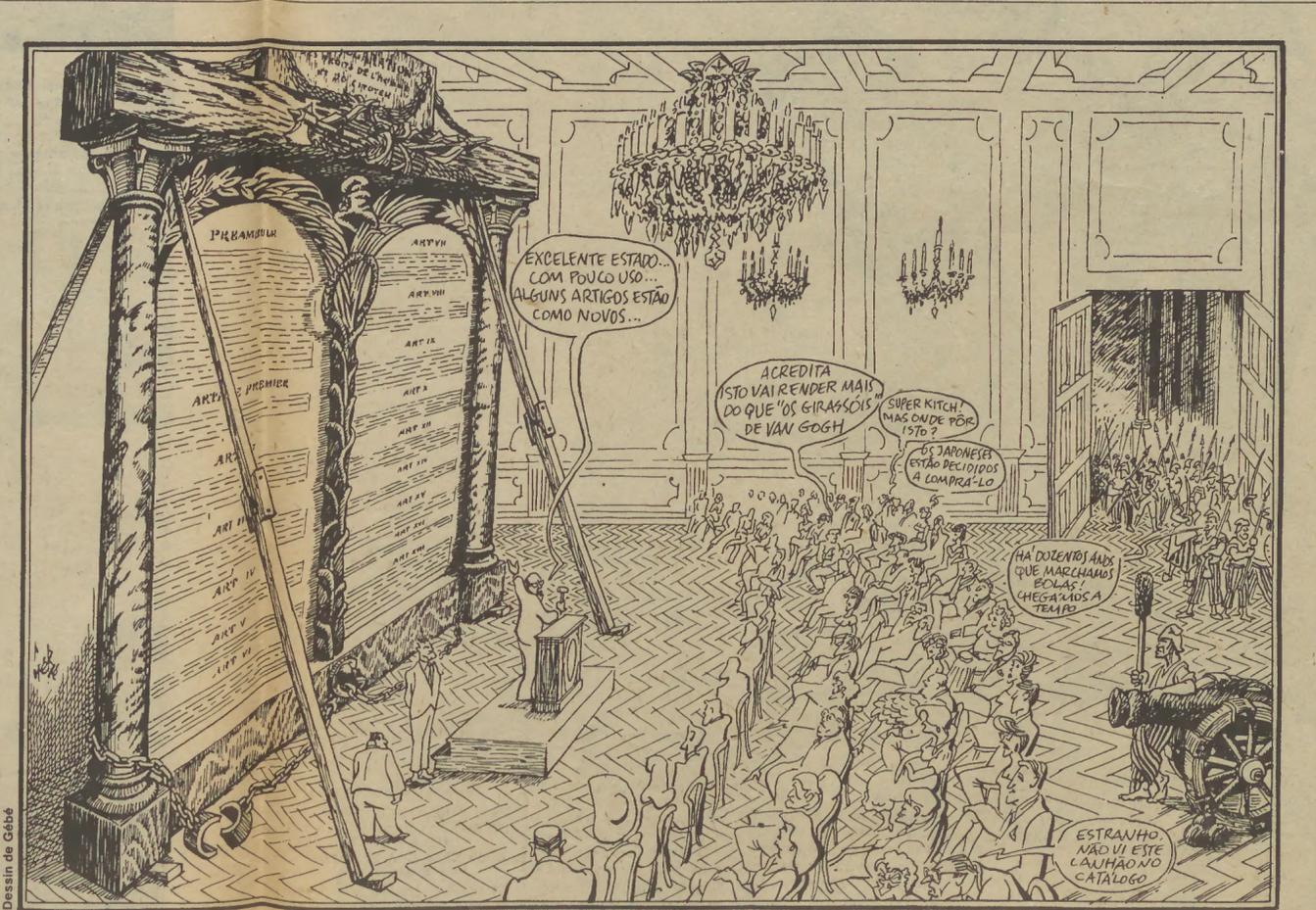


Abbe Tise

Par son Dieu merci je me porte très bien

A Revolução Francesa teve na liberdade de expressão uma das suas manifestações mais características. Rompendo as cadeias da censura do antigo regime, a liberdade de imprensa impôs-se como nunca até então como um direito do povo a ser informado e a informar, a conhecer e a intervir em todos os domínios da vida nacional. Com a libertação da palavra, a descoberta do discurso político, a proliferação extraordinária dos meios de informação, de propaganda, de agitação, generalizou-se em França o recurso a uma outra forma de expressão: a caricatura. Se é verdade que inicialmente o recurso à imagem satírica tinha objectivos meramente comerciais, uma vez descoberto o sucesso e a necessidade de reforçar a palavra com a imagem, não é menos verdade que o período revolucionário vai conferir uma nova força à caricatura, à imagem. É todo um universo simbólico que nasce com a caricatura revolucionária, através da criação de personagens típicas da vida nacional que vão

perdurar muito para além das figuras representadas. Os aristocratas, os padres corruptos, os exilados, tornam-se imagens paradigmáticas de uma sociedade em revolução, onde novos valores tomam lugar. Usada como um meio de divertir, a caricatura torna-se com a revolução uma importante arma política ao serviço dos patriotas, um meio privilegiado para alertar e mobilizar a opinião pública contra o antigo regime. De acordo com Boyer-Brun, apontado como tendo sido o primeiro a publicar, em 1792, uma antologia de caricaturas de então «são uma espécie de termómetro que indica o estado de espírito da opinião pública». Retrato social, crítica, arma política, humor são as principais características da caricatura da Revolução Francesa de que reproduzimos alguns testemunhos. A provar que a tradição não se perdeu, no que respeita ao desenho satírico, uma ilustração de Gebé recentemente publicado em L'Humanité sobre os Direitos do Homem acompanha esta selecção. ■



Dessin de Gebé

14 JULHO 1989 OS DIREITOS DO HOMEM EM LEILÃO ASSISTÊNCIA VARIADA AO HOTEL DROUOT

Desenho de Gebé in L'Humanité de 12 de Julho de 1989



resent veut que *chaçun*

MATINÉE DU PALAIS ROYAL 3^{me} May 1791



Matinée do Palais-Royal em 3 de Maio de 1791 (Coleção de Vinck)

Dívida nacional — presentemente todos devem suportar o pesado fardo (Coleção de Vinck)

Abaixo os impostos (Coleção de Vinck)



A BAS LES IMPIOTS

Pontos Cardeais



Debutam bem

Começam por sonhar, como diz a reportagem de um vespertino que chamou ao acontecimento da Quinta da Marinha, no sábado passado, «Sonhos de debutantes numa noite de Verão». Mas só que os sonhos são bastante velhos e, pelo que lemos — o nosso jornal não seria admitido numa debutância destas — o espectáculo foi mesmo revivalista, ao estilo das salazarentas famílias de antanho.

Debutante é palavra francesa para designar aquela que começa e, mais especificamente, a menina apresentada à sociedade. Só que não se trata da sociedade de recreio lá do bairro, mas da «sociedade» alta. Recorrendo à reportagem do vespertino: «Foram 450 os convidados e 28 as debutantes no baile de gala que a Quinta da Marinha organizou no sábado. Uma festa elegante onde os vestidos brancos compridos contrastaram com a sobriedade dos «smokings». Às valsas sucedeu-se o rock com um opíparo jantar pelo meio, servido já perto da meia-noite. Dança e convívio até altas horas da madrugada, na companhia das mais ilustres famílias portuguesas e num tranquilo jardim de invulgar beleza.» As meninas têm entre os 16 e os 18 anos. Debutaram bem. E o «Diário Popular» cobriu o acontecimento, servindo-o ao público, sonhador, no último dia da direcção de Hermano Saraiva, para lhe deixar saudades, certamente.

A Gata Borralheira

A gente bem quer poupar o leitor ao devaneio da reportagem que nos conta a Quinta da Marinha em tons de Cinderela/Gata Borralheira, procurando dar a ideia de que «toda a gente podia ir ao baile do príncipe (desde que arranjasse uma boa fada-madrinha, claro). Mas como resistir à prosa? Oram leiam:

«A enorme aceitação que a iniciativa agora mereceu, contribuiu, portanto, de maneira decisiva, para dar àquele espaço um ambiente de sortilégio e de mistério, com uma iluminação cuidadosamente medida a incidir em pontos escolhidos dos jardins, o palco ao fundo envolvido pela tonalidade muito azul e clara da piscina, toda enfeitada com bouquets de flores coloridas, e, ao fundo, limitando as transparências e interrompendo o ondular dos relvados, duas zonas de mesas sob toldos, muito brancos, de lona.»

2



3



4



5



Estão a ver agora o príncipe a entrar? Quem será? De qualquer modo isto é coisa de antigamente. Que remonta, explica o extasiado repórter, ao tempo da «imperatriz Teresa de Áustria», preocupada em casar as filhas. O senhor Manuel Lucena, encarregou-se de fazer reviver o passado, «caído em desuso»...

Um baile popular

Apesar de serem apenas 28 as debutantes, a iniciativa era amplamente democrática. Só convidados eram 450. Diz a reportagem que se tratou de «um evento aberto a quem, de alguma maneira, esteja ligado à Quinta da Marinha e às pessoas que lá vivem. Descartando qualquer tipo de discriminação, o que está em causa é a integração do participante num convívio

Por isso é que, «como é natural», foi tudo gente conhecida. Ele era o Espírito Santo, os Champalimaud, os Holstein Guedes, os Meneses e os Mendonças, etc. Onde é que a gente já ouviu falar deles?

Debicando o menu

Os preços eram módicos, lá para o bairro. Os vestidos andavam pelos 100 ou 150 contos e os «smokings» não lhes ficavam atrás. Quanto ao jantar, a coisa andava entre os 9500 escudos por cabeça e os 5500 por cabecinha de debutante. Menu (seguindo o «Diário Popular»):

«Creme aveludado de alcachofras, medalhões de novilho com cogumelos e arroz árabe (com passas e pinhões); nos pratos frios, santola recheada à cidadela, pirâmide de mariscos, garoupa à Bela Vista, peru rôti, roastbeef à inglesa, presunto de Chaves, perna de porco afiamburada, javali da Tapada, terrina de pato e pâté do chefe, com saladas variadas, espargos de Palmela e fundos de alcachofras; após a tábua de queijos, havia sobremesa de ovos moles de Aveiro, bavarolise de morango, toucinho do céu, profiteroles com molho de chocolate e, já nas frutas, tartes, saladas e ananás com Madeira; por último, café e licores à escolha. Os vinhos e espumantes correram livremente e lá para as duas da madrugada o clima era de visível animação e agradável descontração.»

Bom proveito. Já agora: o Governo aumentou a carne de porco e o leite. Deve ser por isso que não aparecem no menu.

onde, obrigatoriamente, se deve sentir à vontade, como é natural»...

6



7



Gazetilha

por Ignotus Sum

«Eles comem tudo...»

O roubo era de truz. Foi penteado. Encontrou-se o culpado feio, imundo. Mas a seguir a esse, outro culpado logo apareceu depois. Era o segundo...

Era o segundo basto linguareiro. Falou, falou pelos cotovelais. Apareceu um terceiro e de certo haveria ainda mais...

Havia. Havia um quarto. Foi-se a ver era um sujeito por sinal distinto. Ouviram-se as costuras a ranger e aparece um quinto...

Há mais? Eu cá não sei. Mas por que não? Ainda vai no adro a procissão...

Notícias da actualidade

1

A TV foi ouvir o Cadilhe. Faltou o ar de festa. Desta vez, não nos fez sequer rir. Assim não presta...

2

Cavaco foi ao Norte dar-se a ver. Falou dos tempos novos, mais fecundos. Afinal, o que andou ele a fazer? — Andou a prometer fundos imundos...

3

Depois de Abecasis com que desvelo buscaram sucessor por entre os cacos! Por fim lá descobriram o Marcelo — sempre o mesmo complexo dos buracos...

4

O menino Marcelo quer brincar com uma câmara, quer? Mas nesta ocasião não se pode o Marcelo contentar com as câmaras de TV que tem à mão?...

5

No Ministério da Saúde alastra a peste e ainda agora o caso vai no meio. Oh, que mistério este em que falar de Beleza já é feio...

6

São as tropelias todos os dias postas a nu. Tanto, tanto se intriga e mexerica que até se diz que o Cavaco não governa: sassarica...

O remédio

Inesperadamente as coisas são às vezes mais estranhas que pensamos. Pois vejamos só: até no PSD se diz que a corrupção uma árvore é, com muitos ramos...

Retrato feito a giz: a árvore tem raiz que alimenta os trabalhos de mil ramos e galhos. Ao sol que tanto assombra muitos se acolhem à dourada sombra e a gula vingam nos frutos que aí pingam, pingam, pingam...

Há muitos ramos? Há. É mau? Lá isso é. Pra já só neste pé ficamos pra uma solução feliz: o remédio não está em cortarmos os ramos, é preciso cortarmos a raiz...

Agenda /

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 814

3 de Agosto de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Naturais de VN Ourém e Ferreira do Zêzere

As organizações conce-
lhias do PCP de Vila Nova
de Ourém e Ferreira do
Zêzere vão promover na
próxima sexta-feira, às
21.00 horas, no Centro de
Trabalho Vitória em Lis-
boa, uma reunião de mili-
tantes do PCP e outros
activistas da CDU, natu-
rais daqueles concelhos.

Em discussão estarão os
problemas concelhios, no-
meadamente questões re-
lacionadas com as próxi-
mas eleições autárquicas.

Está prevista participa-
ção dos camaradas Fran-
cisco Lancinha e Rui Fer-
reira, entre outros.

Festas do PCP

● Em Sines

8.ª Festa da Terra e do Mar Dias 4, 5 e 6, no Castelo

Sexta-feira, dia 4, abertura da Festa às 21.30, música popular com o conjunto Arco Íris, às 22.15 e concerto pelos Da Vinci, às 23.15.

Sábado, a partir das 21.30, concerto pela Banda da Sociedade Musical União Recreio Sport Sineense, cantares alentejanos pelo grupo coral infantil Os Passarinhos da Quinta, concerto pelo grupo rock A Banda.

No domingo, também com início às 21.30, concertos pelos grupos Tri-África e Imoral Bar. Intervenção política pelo camarada José Soeiro, às 22.00.

Durante o dia, no sábado e no domingo, outras actividades culturais e recreativas. No domingo, atletismo e finais dos torneios de futebol de salão de infantis e de veteranos.

● Na Costa da Caparica

Festa da Costa do Sol e do Mar Dias, 4, 5 e 6

Exposição sobre o trabalho autárquico realizado pelos eleitos locais da CDU.

Venda de artesanato e de livros.

Petiscos variados. Caldeirada à pescador.
Desporto.

Espectáculos: sexta-feira, às 21.30, com Nuno Gomes dos Santos, sábado, às 21.30, com Luísa Basto. Domingo: Noite de Fado Amador.

Comício no domingo, às 21.00, com intervenção do camarada Joaquim Judas e apresentação do cabeça de lista da CDU para a Assembleia de Freguesia.

● Em Casebres

Festa da Alegria Dias 5 e 6

● Em Melides

Dias 5 e 6

Comício no sábado, às 21.00, com o camarada Manuel Sobral

● Em Ermidas

Dias 5 e 6

Comício no domingo com a camarada Conceição Morais.



TV **O Programa**



Paisagens da Terra - Quarta, RTP-2



«Erik Bruhn» - Segunda, RTP-2

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga (5.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.40 - Um Anjo na Terra
- 14.15 - O Jardim Encantado de Tom (série, 1.º epis.)
- 14.40 - Rios de Portugal (1.º progr.)
- 15.05 - Galícia para o Mundo (4.º progr.)
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.00 - Quanta Água Correu Debaixo da Ponte (série, 1.º epis.)
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando (97.º epis.)
- 21.15 - Anjos em Fúria (II) (2.º epis.)
- 22.05 - Cliff from the Hip
- 23.10 - Portugal Está a Mudar (4.º progr.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.10 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 17.º epis.)
- 16.30 - Quem Sai aos Seus...
- 16.55 - Sinhá Moça (118.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (14.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Desgarradas
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...
- 23.30 - Primeiro Andamento.

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Amor Com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (8.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 15.05 - Calícia para o Mundo (V)
- 16.05 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.00 - Quanta Água Correu Debaixo da Ponte
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo
- 21.45 - Jogos Sem Fronteiras
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate
- 00.30 - Pela Noite Dentro - «Dominique», real.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Giramundo
- 18.00 - A Aventura do Impossível (6.º epis.)
- 19.00 - Haja Música
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Miss Universo
- 22.30 - Rumo aos Céus (11.º epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.50 - Rotações.

Sábado

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família (Desporto e ciência: Era

uma vez a vida; O safari de João Valentão; Cervos e Gamos; As Aventuras de Teddy Ruxpin; Get Smart)

- 12.30 - Trânsito
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - A Tribo das Penas Brancas (série, 1.º epis.)
- 13.45 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde - «O Último Locatário», real. Jud Taylor (EUA/1978, 100 min.)
- 16.00 - Circo, Circo
- 17.35 - Crime, Disse Ela
- 18.20 - Vivamúsica
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.35 - Sabadabadu (reposição, 2.º progr.)
- 22.35 - As Noites Revolucionárias (5.º epis.)
- 23.20 - Cinema da Meia Noite - «Clayton, o Cavaleiro da Noite», real. Monte Hellman (EUA/1979, 102 min.)

RTP2

- 10.00 - A Malta de Bronx (15.º epis.)
- 10.50 - A Guerra de Tróia (série, 1.º epis.)
- 11.50 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 13.05 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 14.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.15 - Estádio
- 19.30 - Quem Sai aos Seus
- 19.55 - Music Box
- 20.50 - A Saga do Padrinho - (8.º epis.)
- 21.45 - Segredos e Mistérios
- 23.15 - Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Estrada Fora (3.º epis.)
- 13.55 - Terra X
- 14.40 - Primeira Matinée - «Por Quem os Sinos Dobram», real. Sam Wood (EUA/1943, 156 min.)
- 17.25 - Jogos de Verão
- 19.00 - Maníacos do Desporto (2.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, uma coisa do Outro Mundo
- 21.15 - Crime à Portuguesa (3.º epis.)
- 22.10 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Veterinário da Província
- 15.00 - Troféu
- 19.00 - Sobrevivência (série, 1.º epis.)
- 19.50 - 17 Obras de Grandes Autores
- 20.40 - Lusitância Expresso
- 21.15 - Artes e Letras - Hemingway
- 22.10 - Cineclube - Ciclo F.W. Murnau: «Fausto» (Alemanha/1926).

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - A Brigada Falcão
- 14.40 - Os que não voltaram
- 15.05 - Secret Policeman
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.00 - Quanto Água Correu Debaixo da Ponte
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Masada (série, 2.º epis.)
- 23.30 - Portugal ao Encontro da sua História
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Lizzie e os «Robertos» (telefilme)
- 19.00 - Music Box - David Bowie
- 19.55 - Os Intocáveis
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Bailado

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Filhos dos Flistones
- 14.40 - Bairros Populares de Lisboa - A Balxa Pombalina
- 15.10 - UB 40 em Moscovo
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.05 - Quanta Água Correu Debaixo da Ponte
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Processo Arquivado (3.º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.15 - Chefe, Mas Pouco... (4.º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Rumo aos Céus (7.º epis.)
- 16.20 - Tempos de Música
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cine Magazine
- 22.00 - Cinemadols: «FM», real. John A. Alonzo (EUA/1978, 104 min)

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (8.º epis.)
- 14.15 - Os Campeiss (12.º epis.)
- 14.45 - Festas e Romarias de Portugal
- 15.10 - Hurricane Irene (III)
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.05 - Quanta Água Correu Debaixo da Ponte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada: «Dr.



Filmes

- «Dominique» - 6.º, 00.30, RTP-1
- «O Último Locatário» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Clayton, o Cavaleiro da Noite» - sáb., 23.50, RTP-1
- «Por Quem os Sinos Dobram» - dom., 14.40, RTP-1
- «Fausto» - dom., 22.00, RTP-2
- «FM» - 3.º, 22.00, RTP-2
- «Dr. Estranho Amor» - 4.º, 21.30, RTP-1

Música

- Quinta
- 15.05, RTP-1: Galícia para o Mundo (4.º progr.)
- 23.30, RTP-2: Primeiro Andamento
- Sexta
- 15.05, RTP-1: Galícia para o Mundo (últ. progr.)
- 19.55, RTP-2: Haja Música
- Sábado
- 18.20, RTP-1: Vivamúsica
- 19.55, RTP-2: Music Box
- Segunda
- 15.05, RTP-1: Secret Policeman-I
- 19.00, RTP-2: David Bowie
- Terça
- 15.10, RTP-1: UB 40 em Moscovo
- 18.00, RTP-2: Music Box
- Quarta
- 15.10, RTP-1: Hurricane Irene
- 23.15, RTP-2: Jazz

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (00.10), 6.ª (24.00), 2.ª (00.30), 3.ª (00.15) e 4.ª (24.00)
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb., 13.05 e 15.15
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
- Basquetebol - RTP-2, sáb., 23.15
- Volta a Portugal em Bicicleta - RTP-1, diariamente às 18.55 e em «Remate»

Estranho Amor», real. Stanley Kubrick (EUA-GB/1964, 93 min)

23.30 - 24 Horas

24.00 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha

16.55 - Sinhá Moça

17.30 - Trinta Minutos Com...

18.00 - Paisagens da Terra (série, 2.º epis.)

19.00 - Music Box

19.55 - Os Intocáveis

20.45 - Cem Grandes Quadros

21.00 - Jornal das Nove

21.30 - Grande Sertão: Veredas (22.º epis.)

23.15 - O Som da Surpresa

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, sobre textos de Cocteau/Tchekov/O'Neill, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador**.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a

dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes,

enc. Maria Helena Matos.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada, de 3.ª a

sáb., às 21.00, dom. às 15.00 e às 21.00. **Marcos Milhão**, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.



Novo lançamento



O CINEMA DE QUALIDADE EM SUA CASA



A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN

Pedidos a CRAC SERVIÇOS
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3
Queluz Ocidental - 2745 QUELUZ

Exposições

• LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.

Ángela Garcia — Pintura em batik. Gal. Espiral. Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30.

Arte em Berlim. De 1900 até Hoje — Pintura, escultura. Centro de Arte Moderna, R. Nicolau Bettencourt. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 24/9).

Bonecas do Japão — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Botelho — Retrospectiva de pintura. Fundação Calouste Gulbenkian, Piso O. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19 e 30 (até 3/9).

Carlos Carneiro — «Catedrais»: aguarelas, carvões, águas-tintas. Fundação Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 3/9).

Colectiva de pintura (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13.

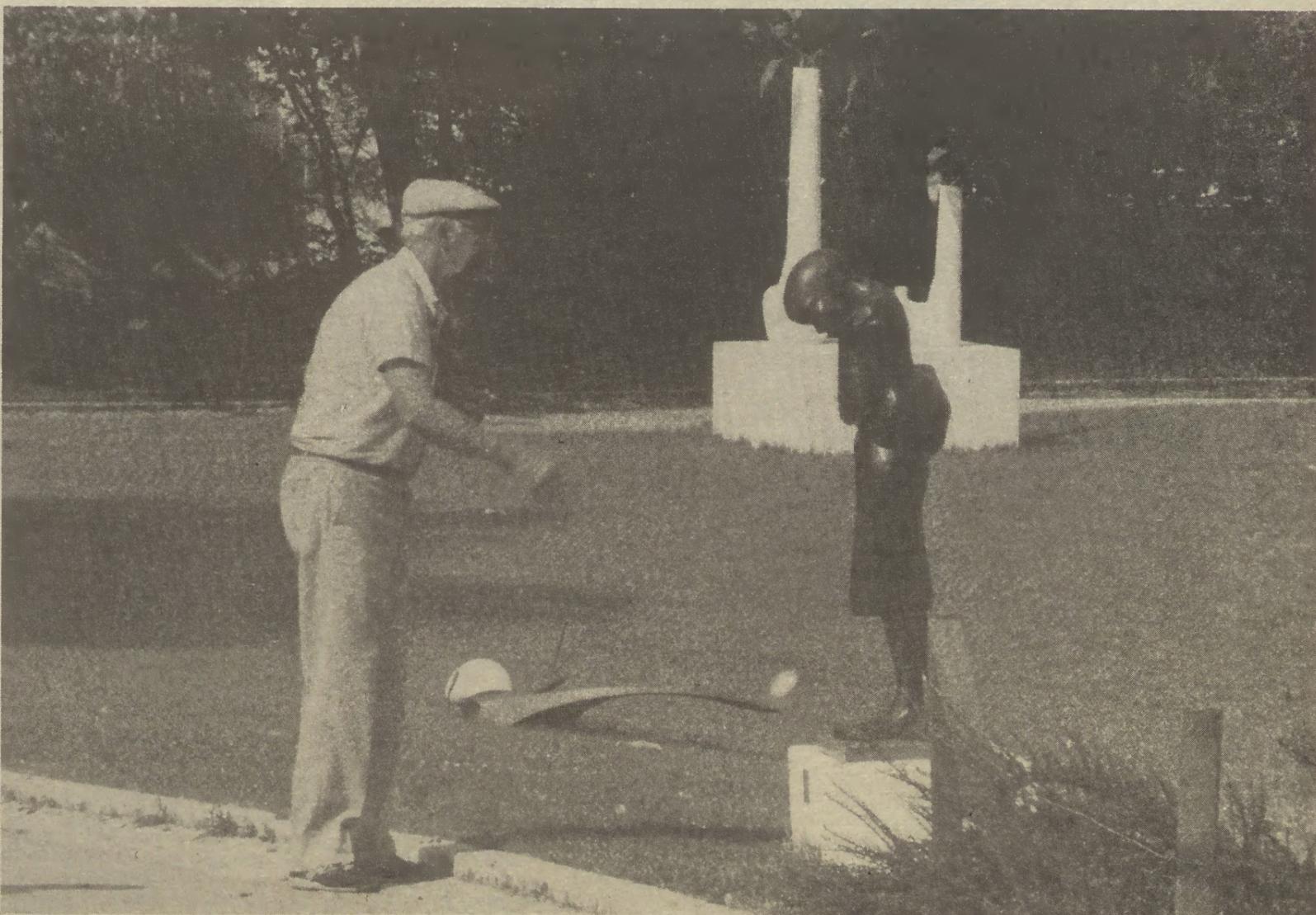
Colectiva de pintura e desenho (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortes Pao, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Módulo — Centro Difusor de Arte, Calc. dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/8).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

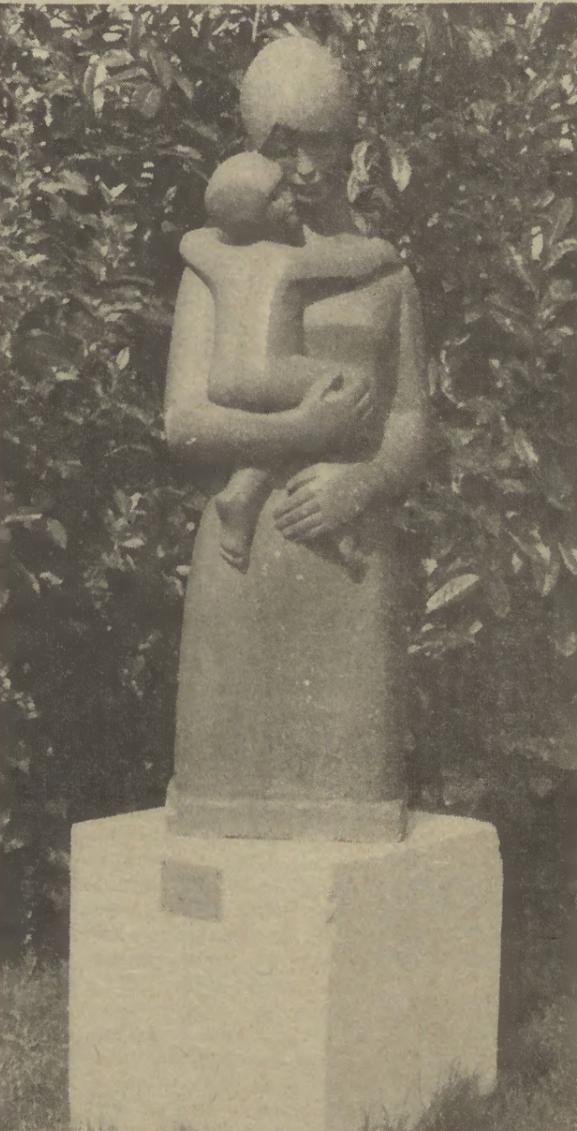
«As Cores da Revolução» — Colectiva de obras de Jacques Bernar e de artistas portugueses que trabalham ou trabalharam em Paris (Bertolo, Candeias, Cargaleiro, Dacosta, Escada, Costa Pinheiro, Pomar, Vieira da Silva, entre outros). Palácio Nacional da Ajuda-Galeria do Rei D. Luís, Calçada da Ajuda. De 3.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. e dom. das 10 às 17 (até 10/9).

Jorge Ribeiro — Fotografia. Fotogaleria 12-A. Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 4/8).

Livros Antigos Portugueses (Impressos e manuscritos)



Esculturas de 50 autores no Jardim Municipal da Amadora



tos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. (até fins de Setembro).

Livros Portugueses de Cozinha — bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 31/8).

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Teotónio S. Agostinho — Pintura e desenho. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, Sáb. das 15 às 19 (até 18/8).

• PORTO

Abel Salazar — Exposição comemorativa do centésimo aniversário do seu nascimento. Museu Nacional Soares dos Reis. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Colectiva de pintura luso-espanhola. Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 19/8).

• OUTRAS LOCALIDADES

2.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central AMADORA.
3.ª Bienal de Escultura e Desenho

das Caldas da Rainha e Retrospectiva de Escultura de Martins Correia. Pavilhões do Parque D. Carlos I. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. a partir das 10 (até 15/9) CALDAS DA RAINHA.

Paul Mathieu — Pintura. Galeria Atelier EC, Al. Cor. Linhares Lima (até 6/8) COLARES.

António Sena — Pintura e desenho. Convento dos Capuchos. De 2.ª a sáb. das 16 às 19.30. COSTA DE CAPARICA.

Maria José Oliveira — Pintura. Galeria Arcada, Arcadas do Parque. De 4.ª a 2.ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 6/9) ESTORIL.

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

1.ª Bienal de Fotografia de V.F. Xira. Sala do Celeiro do Edifício Patriarcal (até 31/8) VILA FRANCA DE XIRA.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Fuga sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
B	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
C	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
D	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Sidney Lumet — Alfa/3 (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), Amoreiras/3 (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — Quarteto (21.30, 23.30) — S. Jorge/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Lisboa.
- C — Real. David Cronenberg — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). Lisboa.
- D — Real. Pedro Almodóvar — Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado, apresentando-se muito nublado no litoral oeste durante a madrugada e princípio da manhã, temporariamente muito nublado durante a tarde nas regiões do interior, onde há possibilidade de trovoadas. Vento fraco, neblinas e nevoeiro matinal.

No rescaldo da «maré negra»

«O regresso dos banhistas a algumas praias do litoral alentejano é sinal aparente de bonança depois da tempestade da maré negra provocada pelo derrame do petróleo «Marão». Extensas faixas de areal continuam marcadas com o *crude* ao mesmo tempo que se teme pelas consequências biológicas do desastre e pelo futuro daquela que — triste ironia — é designada de Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

A nafta parece ter poupado Vila Nova de Milfontes apesar de alguns vestígios de poluição pelo *crude*. A praia da Zambujeira de igual modo parece não ter sido excessivamente tocada pelo produto oleoso e nauseabundo libertado dos porões do navio da Sopotona. Por outro lado as operações de limpeza concretizadas devolveram já à praia Vasco da Gama, a S. Torpes e à praia da Ilha do Pessegueiro condições mínimas para o regresso dos banhistas. Muito poucos de início, a crescer nos últimos dias.

Muito séria é a situação que atinge zonas de S. Torpes e Porto Covo (Sines) e Almogrove (Odemira). O espectáculo era desolador há uma semana com extensas manchas na areia e nas rochas. Praias menos conhecidas como o Malhão ou Aivados conheciam igualmente os «desenhos» do petróleo na areia, sinistra expressão plástica da civilização industrial.

«Homem enterrado não se vê»

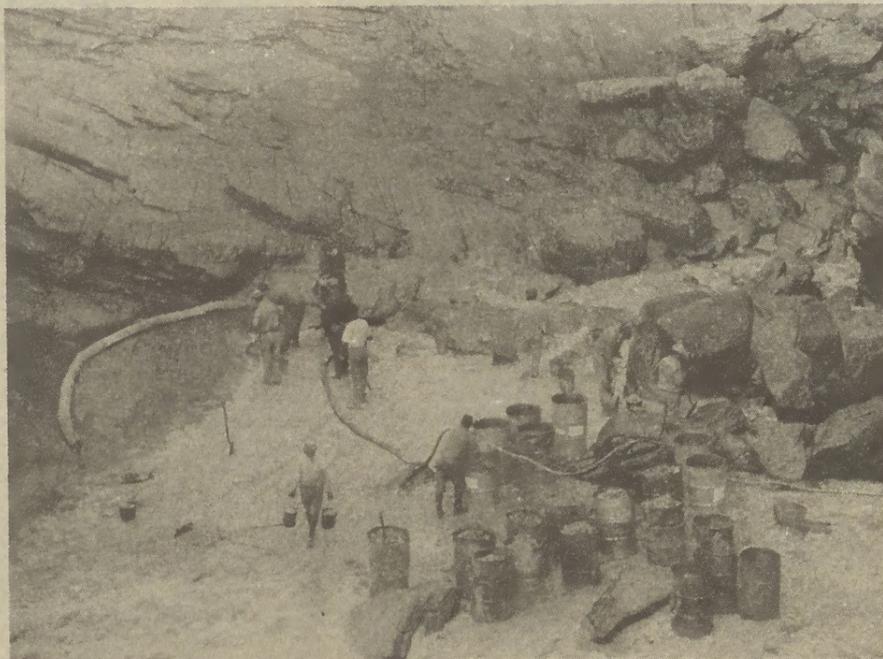
Logo que se aperceberam da gravidade da situação, as Câmaras de Sines — conselho onde a mancha primeiro fez sentir os seus efeitos — e Odemira mobilizaram os seus trabalhadores para a limpeza. Célia Marques, engenheira da Divisão Técnica de Obras do Município de Sines, *walkie-talkie* na mão, dirigia calceteiros, carpinteiros, canalizadores, pessoal das vias e dos esgotos desviado das obras camarárias para as praias. O trabalho faz-se apenas na maré baixa, obrigando a horários muito cansativos para o pessoal. A sua acção era acompanhada por trabalhadores requisitados pela APS e outras empresas — nalguns casos jovens de 14 ou 15 anos em férias — pagos à hora mas em número claramente inferior ao dos funcionários camarários.

A Marinha que nos primeiros dias apenas tinha na costa cinco homens ao fim de uma semana enviou 50 fuzileiros que se distribuíram pelos dois concelhos.

O trabalho de limpeza é difícil. Um trabalhador afirmava nada concordar com a primeira opinião dos responsáveis da Marinha de que só se devia actuar vários dias após o desastre. «Se não estivermos sempre a tirar o *crude* há camadas finas de areia que o vão tapando». Ou em palavras mais subtis, à alentejana: «há por aí muita caça agachada». Melhor ainda:

«Homem morto não fala e enterrado não se vê!», numa alusão às manchas que vão ficando tapadas por novas camadas de areia.

O lançamento de fardos



«Sábado», 28 de Julho

de palha sobre o *crude* tem sido processo utilizado para agarrar o produto oleoso.

No final da passada semana a grande preocupação eram os ventos. «Se continuar esta calma há perigo de vir ainda mais *crude* para a costa», dizia-se.

A «guerra» dos números

Muito estranha foi a súbita mudança de números relativos à quantidade de *crude* derramado do «Marão». De início o comandante Monteiro Coelho, do gabinete do Estado-Maior da Armada, com base na capacidade dos porões atingidos, falou claramente em 20 mil toneladas de produto lançado no mar. Este valor — apesar de alto — não espantou ninguém dada a enorme extensão da mancha principal detectada por meios aéreos e que chegou a atingir vários quilómetros de comprimento e centenas de metros de largura.

Nos últimos dias porém, o número indicado pela Marinha é vinte vezes menor: mil toneladas. E a Sopotona, empresa proprietária do «Marão», diz não terem sido derramadas mais do que 400 toneladas de *crude*.

Os números não serão pouco importantes pois podem significar posicionamentos com consequências nos próximos episódios deste caso. De momento toda a gente se queixa. Uma volta pelo litoral alentejano permite verificar a clara diminuição do número de veraneantes que nos últimos anos era crescente.

Casas para que já tinha sido dado «sinal» estão desocupadas, pensões e restaurantes registam menor movimento, parques de campismo também. Nalguns casos banhistas mais temerários fazem-se à água onde o bom senso não aconselharia.

Seis anos de recuperação?

Costa única na Europa — com espécies botânicas e

animais exclusivas (desde as lontras à águia-pesqueira que no Cabo Sardão tem o seu último ninho) — o litoral alentejano sofreu rude golpe. O presidente da Câmara de Odemira, Justino dos Santos, não poupa as suas críticas:

«Estamos numa área protegida que foi gravemente atingida. Graças à pressão da população está a fazer-se a limpeza mas o efeito sobre as arribas, algas, crustáceos, peixes que aqui fazem a desova é duradouro. Tudo isto vai desaparecer». O médico — autarca fala em «desastre biológico», acrescentando que a recuperação pode levar seis anos. Justino dos Santos lamenta que tenha existido como que «um processo de irresponsabilidade quase colectiva». E adianta que a Sopotona «deveria ter, de imediato, accionado o processo» de combate ao alastramento, pouco depois do embate do «Marão» no molhe de Sines. A nível central, o presidente da Câmara de Odemira não entende «por que não se formou um gabinete de crise, uma comissão *ad hoc* assim que se deu o acidente».

O autarca afirma que «todos os pescadores estão parados e a época turística está perdida. São centenas de famílias prejudicadas».

Poluidor-pagador

O «rescaldo» da maior catástrofe ecológica portuguesa ainda está para durar. Por um lado as populações desta faixa costeira de 80 quilómetros pensam que o princípio do poluidor-pagador deve ser escrupulosamente cumprido. Por outro os seus representantes autárquicos lembram que há quatro anos o Governo tem em mãos um plano de emergência que lhe foi apresentado pela Marinha.» («Diário do Alentejo», 28 de Julho)

PS/PSD PUM!

«As negociações entre socialistas e sociais-democratas, com vista a coligações

nas próximas eleições autárquicas, fracassaram definitivamente. Jorge Lacão, o dirigente nacional do PS para as questões autárquicas em conferência de imprensa ontem de manhã, foi categórico: «O encontro de âmbito nacional proposto pelo PSD ao PS só terá sentido se o PSD não se considerar ainda inteiramente esclarecido sobre o alcance político das posições do PS», adiantando, ainda, que essa reunião não passará de «um encontro de esclarecimento».

Os socialistas respondem deste modo à acusação social-democrata de que o PS negociara um acordo secreto com o PCP, no qual se comprometia a não celebrar acordos com os sociais-democratas para derrubar câmaras comunistas. A carta enviada por Dias Loureiro, secretário-geral social-democrata, a Jorge Lacão, datada de 20 de Julho, é inequívoca: «O PS está a negociar um acordo com o Partido Comunista e tem dúvidas sobre se pode celebrar alguns acordos autárquicos com o PSD».

Os contactos entre sociais-democratas e socialistas começaram em 10 de Julho. Numa carta dirigida a Lopes Cardoso — na altura o homem forte do PS para as questões autárquicas — Dias Loureiro solicita uma reunião de trabalho. Objectivo: «Analisar a possibilidade de coligações formais entre os dois partidos em alguns municípios, como é desejo das estruturas locais dos dois partidos».

Numa carta de 17 de Julho, os socialistas consideram «intempestiva a reunião de trabalho», pelo facto de o PS estar ainda em fase de avaliação global do processo autárquico.

Resposta social-democrata em 20 de Julho: Dias Loureiro acusa os socialistas de quererem adiar as conversações, sendo essa a verdadeira razão por que consideram o encontro por ele proposto como intempestivo. Na mesma carta, o secretário-geral social-democrata conclui que «o PS está a negociar um acordo com o Partido Comunista», e que «tem dúvidas sobre se pode celebrar

alguns acordos com o PSD». Dias Loureiro refere ainda que «os militantes do PSD e do PS de Setúbal, do Montijo e de Beja querem celebrar um acordo autárquico para evitar ver à frente dos respectivos municípios o Partido Comunista».

Censura ainda os socialistas de — ao contrário do que acontecia em 1985, quando algumas coligações foram concretizadas — considerarem o PCP um partido democrático. E, insiste na importância da coligação PSD/PS, por ser a única forma de derrubar os comunistas em alguns municípios. Na mesma carta, Loureiro dava cinco dias para que os socialistas respondessem.

Não foi preciso tanto tempo. No dia seguinte, Jorge Lacão envia uma nova carta a Dias Loureiro. Considera «insustentáveis» as conclusões políticas de Dias Loureiro, expressas na carta de 20 de Julho. Segundo ele, a aliança com o PCP em Lisboa «não consente extrapolações», por ser a única excepção admitida à estratégia nacional do PS para as eleições autárquicas.

No entanto, criou bastante polémica no PSD o facto de Jorge Lacão ter considerado na mesma carta que «a manutenção de coligações com o PSD só terá lugar em municípios de presidência socialista e quando as estruturas locais manifestarem esse propósito». Em jeito de remate, Lacão avisa que não será por iniciativa da direcção nacional do PS que serão celebrados acordos com o PSD, muito embora não os inviabilize. Além disso, os socialistas afirmam estar atentos às movimentações do PSD: «Junto ao PS, procurando apoios para combater o PCP; junto do CDS, procurando apoios para combater o PS». Do ponto de vista socialista, tais iniciativas evidenciam a crescente debilidade nacional do PSD.

Dias Loureiro responde no dia 25 a esta carta de Jorge Lacão. O secretário-geral social-democrata considera, da leitura da carta socialista de 21 p.p., só é possível concluir que «o PS não quer negociar nada com o PSD. O PS queria fazer uma imposição: que o PSD o apoie nos municípios a que preside». Depois de rejeitar a proposta socialista, Loureiro dá um novo passo nas negociações: propõe formalmente ao PS acordos em 24 municípios, entre os quais Setúbal, Montijo, Sesimbra, Almada, Évora, Beja, Ourique e Vila Real de Santo António.

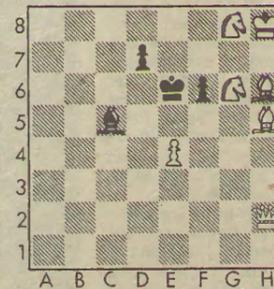
Ontem o PS respondeu publicamente ao PSD. Jorge Lacão reafirmou o princípio de que «o PS não celebrará com o PSD coligações que há muito deliberou que não celebraria», reduzindo assim o âmbito do acordo à manutenção das coligações com o PSD nos municípios de presidência socialista. Ao fim da manhã de ontem, Jorge Lacão entregou uma carta ao secretário-geral social-democrata em que recusava as coligações formais propostas por aquele partido. Considerava ainda privado de interesse qualquer encontro entre dirigentes dos dois partidos.

Segundo Dias Loureiro, a política de alianças do PS torna-se assim definitivamente inaceitável. Portanto, não haverá acordo PS/PSD para as próximas autárquicas.

(«O Independente», 28 de Julho)

Xadrez

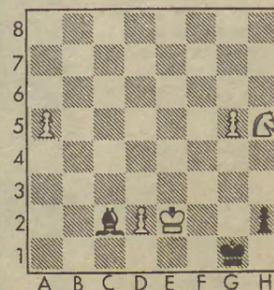
CCXIII — 3 de Agosto de 1989
Proposição N.º 213/A
Por: L.J. van Grieken
«Tijdschrift KNSB», 1936
Pr.: [4]: Ps.d7,f6-Bc5-R66
Br.: [7]: P64-Cs.g6, g8-Bs.h5, h6-Dh2-Rh8



Mate em dois lances

Proposição N.º 213/B

Por: E. Holm
«Hvar 8 Dag», 1923
Pr.: [3]: Ph2, Bc2, Rg1
Br.: [5]: Ps.a5, d2, g5, Ch5-R62



Jogam as Brancas e ganham

† † †

SOLUÇÕES DO N.º CCXIII

N.º 213/A (L.J. van G.):

Chave: 1. Dc7!

1. ..., Bd6; 2. Dc4++

1. ..., d6, 2. Dd7++

N.º 213/B (E.H.): 1. Cg3, Rg2; 2.

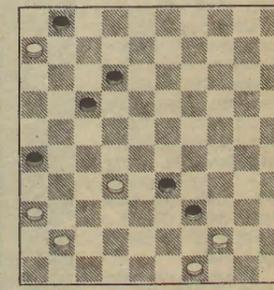
Ch1, R:h1; 3. Rf1, Bd3+; 4. Rf2 e

++

A. de M.M.

Damas

CCXIII — 3 de Agosto de 1989
Proposição N.º 213 (Inédita?)[1]
Por: Germain Avid (F.)
Pr.: [6]: 1-12-17-26-33-39
Br.: [6]: 6-32-36-41-44-49



Jogam as Brancas e ganham

Extraída de um grupo em tempos recebido e destinado ao «Para Decifrar», manter-se-á ainda inédita?

Golpe N.º 213

Por: J. van der Wal (N.L.)
Campeonato do Mundo: Bamako, Dez./1980

Pr.: [13]: 2-9-10-12-13-15-16-17-18-20-21-25-26

Br.: [13]: 23-24-27-28-29-32-33-34-35-36-37-39-43

Soluções do N.º CCXIII

Miniatura N.º 213 (G.A.): 49-43 (39x50=D [A], 43-38 (33x42), 32-28 (50x22), 41-37 (42x31), 36x7 (1x12), 6-1=D+

[A]: Se: (39-48=D), 32-28 (33x22), 41-37 (48x31), 36x7...+

Golpe N.º 213 (J.v.d.W.): 24-19 (13x24), 28-22 (17x19), 37-31 (26x28), 33x4=D (24x44), 4-9 (21x32), 43-39 (44x33), 34-30 (25x34), 9x38+

Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCXIII

Miniatura N.º 213 (G.A.): 49-43 (39x50=D [A], 43-38 (33x42), 32-28 (50x22), 41-37 (42x31), 36x7 (1x12), 6-1=D+

[A]: Se: (39-48=D), 32-28 (33x22), 41-37 (48x31), 36x7...+

Golpe N.º 213 (J.v.d.W.): 24-19 (13x24), 28-22 (17x19), 37-31 (26x28), 33x4=D (24x44), 4-9 (21x32), 43-39 (44x33), 34-30 (25x34), 9x38+

Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCXIII

Miniatura N.º 213 (G.A.): 49-43 (39x50=D [A], 43-38 (33x42), 32-28 (50x22), 41-37 (42x31), 36x7 (1x12), 6-1=D+

[A]: Se: (39-48=D), 32-28 (33x22), 41-37 (48x31), 36x7...+

Golpe N.º 213 (J.v.d.W.): 24-19 (13x24), 28-22 (17x19), 37-31 (26x28), 33x4=D (24x44), 4-9 (21x32), 43-39 (44x33), 34-30 (25x34), 9x38+

Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCXIII

Miniatura N.º 213 (G.A.): 49-43 (39x50=D [A], 43-38 (33x42), 32-28 (50x22), 41-37 (42x31), 36x7 (1x12), 6-1=D+

[A]: Se: (39-48=D), 32-28 (33x22), 41-37 (48x31), 36x7...+

Golpe N.º 213 (J.v.d.W.): 24-19 (13x24), 28-22 (17x19), 37-31 (26x28), 33x4=D (24x44), 4-9 (21x32), 43-39 (44x33), 34-30 (25x34), 9x38+

A. de M.M.

da festa!

LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 5
3 de Agosto de 1989
Não pode ser vendido
separadamente



Billy Bragg

Pág. 4



Thomas Münzer e a Guerra dos Camponeses
na pintura de Werner Tübke

Págs. 2/3

No pavilhão da 6.ª Bienal da Festa do «Avante!»

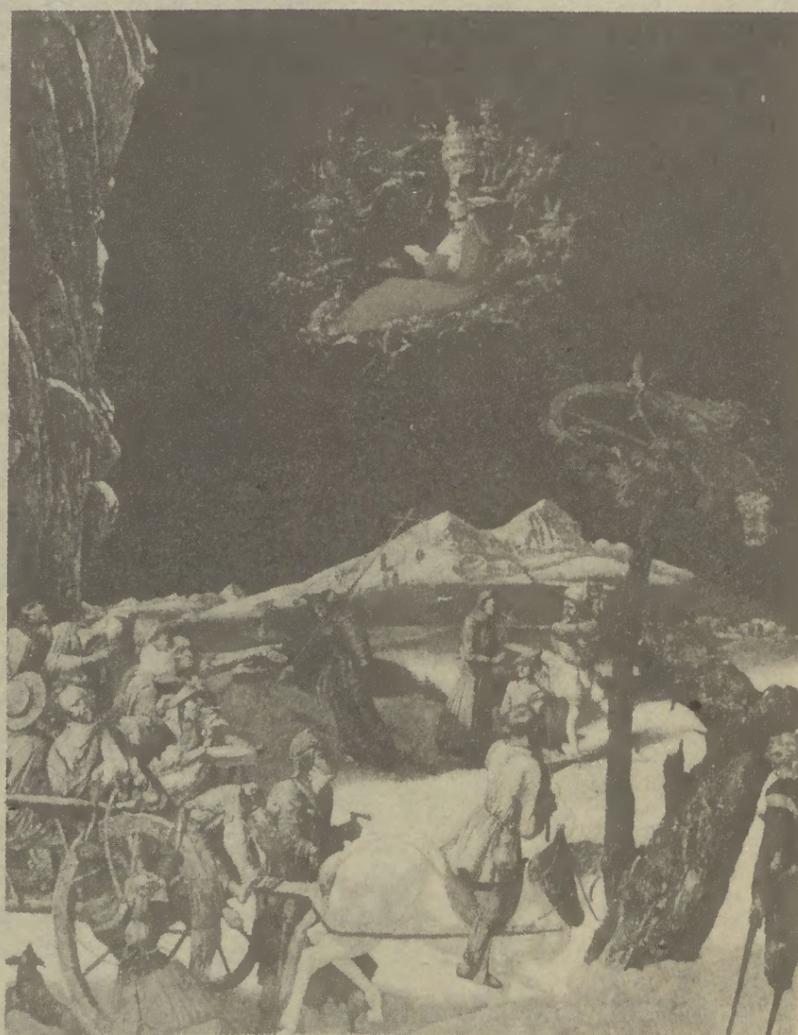
Thomas Münzer e a Guerra na pintura de



Werner Tübke: «Batalha de Frankenhausen» — 1982

Em 15 de Maio de 1525, as tropas dos senhores feudais da Saxónia, do Hesse e de Brunswig esmagavam nos campos de Frankenhausen um exército de 40 000 homens de pé-descalço. Outros recontros se seguiriam ainda até 1526 mas, afogada em sangue, terminava em Frankenhausen a Guerra das Camponeses, a sublevação popular que fizera tremer os princípios e senhores da Alemanha desde 1524. Profundamente entrelaçada com os conflitos económicos e sociais que originaram a sublevação camponesa estava também a questão religiosa. Contra o catolicismo dominante e a ligação a Roma das classes privilegiadas, da nobreza e do clero, heresias várias davam

expressão espiritual à revolta popular. O protesto contra Roma ganhara amplitude com a primeira afirmação pública de Martinho Lutero em Wittenberg ao afixar à porta da sua igreja as 95 teses contra a «caça» ao dinheiro das indulgências lançada pelo Papa Leão X para pagar a construção da basílica de S. Pedro de Roma. Na ala mais radical das «heréticas» situam-se os **anabaptistas** entre os quais se recrutam os principais dirigentes da agitação camponesa que viria a desaguar na revolta e nos assaltos aos castelos em 1524. No que deu nome à heresia afirmam-se o próprio desejo de liberdade que animaria a sublevação: para os anabaptistas o baptismo só se deveria realizar — ou pelo menos deveria ser repetido — depois do



Werner Tübke: «Noite de Natal de 1524» — 1976

cristão chegar à idade adulta. O sacramento deveria assim assumir um carácter voluntário, livre, consciente. A violenta luta entre senhores e camponeses que devastou grande parte da Alemanha no século XVI pôde ser apresentada como um «conflito religioso», uma «cruzada» que opôs católicos — os príncipes feudais — a heréticos — os camponeses... Mas este manto há muito que deixou de encobrir o carácter profundamente democrático e revolucionário da *Bauernkrieg*, assim justificando que ela tenha entrado no património histórico de que se reclama a República Democrática Alemã — o primeiro estado socialista em território alemão. A RDA comemora este ano o 40.º aniversário da sua fundação e um conjunto de iniciativas celebram a efeméride, entre as quais algumas se reportam naturalmente ao passado de luta do povo alemão. Sucede que uma outra efeméride se aproxima — e esta ligada às Guerras Camponesas de há quinhentos anos: o 5.º centenário do nascimento do principal

dirigente dos camponeses sublevados, Thomas Münzer, nascido em Stolberg em 1490 e que, feito prisioneiro em Frankenhausen, seria torturado e decapitado com mais 24 companheiros. Sobre a figura de Thomas Münzer muito há para contar além do traço mais vezes recordado: utilizando na liturgia o alemão, foi ele quem pela primeira vez celebrou missa noutra língua que não o latim. Igualmente a Münzer se deve, durante o período mais intenso de agitação político-religiosa a que se dedicou entre 1521 e 1524, uma das primeiras utilizações intensivas da imprensa como forma de propaganda. Recordando Thomas Münzer, os camponeses revoltados ao assalto dos castelos, a dura luta pela liberdade, será este ano inaugurado em Frankenhausen um monumento, o Panorama-Frankenhausen, da autoria do pintor alemão Werner Tübke. Será este monumento o tema de uma das exposições apresentadas no quadro da 6.ª Bienal da Festa do «Avante!». ■

Werner Tübke

1929 — Nasce a 30 de Julho em Schönebeck (Elba).

1948-1953 — Estuda na Hochschule für Grafik und Buchkunst de Leipzig e ensina Educação Artística e Psicologia na Universidade Ernst-Moritz-Arndt.

1953-1954 — Investigador no Centro de Arte Popular de Leipzig.

1956-1957 — Assistente na Hochschule für Grafik und Buchkunst de Leipzig.

1967 — Professor efectivo na mesma escola superior.

1972 — Professor catedrático.

1974-1976 — Reitor.

1976 — Início dos trabalhos do mural «Frühburgerliche Revolution in Deutschland» para o monumento de Frankenhausen.

1982 — Membro da Real Academia de Belas Artes da Suécia.

1983 — Membro da Academia de Belas Artes da RDA.

1985 — Doutoramento.

dos Camponeses Werner Tübke



Werner Tübke: Estudo para «Bürgerkrieg» — 1978



Thomas MÜNZER PREDIGER ZV ALSTET IN DVRINGEN.

Thomas Munzer segundo o seu retrato mais conhecido da autoria de Christoph von Sichem



Thomas Munzer no mural de Werner Tübke

Panorama-Frankenhausen

O monumento Panorama-Frankenhausen evocativo das Guerras Camponesas do século XVI na Alemanha consiste num gigantesco mural com 60 metros de comprimento pintado na parede interior de um anel de betão com cerca de uma dezena de metros de altura.

Executado por uma qualificada equipa de alguns dos nomes mais conhecidos das artes plásticas da RDA, o mural reproduz o trabalho para ele executado pelo pintor Werner Tübke que dirigiu todos os trabalhos.

A execução do original do mural de Frankenhausen prolongou-se por vários anos, exigindo do seu autor estudos meticolosos de carácter histórico e iconográfico e centenas de estudos e trabalhos preparatórios.

A exposição que estará patente na Festa do «Avante!» inclui diversos originais dos estudos de Werner Tübke — desenho e pintura —, diversas reproduções e documentação sobre o monumento.

Quando Billy Bragg deixou pela primeira vez a sua casa em Barking, East London, para mostrar as suas canções a outras audiências, não sabia onde é que essa primeira *tournee* levaria. Depois disso, Billy viajou umas vertiginosas 270 000 milhas, numa *tournee*, continua que incluiu oito viagens pelos Estados Unidos e Canadá, e onde se contam tão diversos recantos do mundo como Nagasaki, Kiev e Nicarágua. Ao mesmo tempo vendeu muitas centenas de milhar de discos em todo o mundo, enquanto o seu inquestionável talento de autor lhe fez ganhar os elogios quer dos críticos quer dos outros autores. Um estatuto ganho duramente, com que Bragg não ousaria sonhar cinco anos atrás. Inspirado e apaixonado pelas actuações ao vivo, Billy Bragg é imbatível em palco. Armandamente com a sua guitarra, as suas canções e a sua resposta pronta, cultivou uma ardente e dedicada liga internacional de fans de Bragg e todos os anos a audiência cresce. As *tournees* são acompanhadas de publicidade, mas o passa-palavra continua a ser o mais efectivo publicista do trabalho de Bragg. A sua facilidade de comunicação com o

ouvinte — seja ao vivo, ou no conforto da sala de estar — é amplamente reconhecida, e uma experiência pessoal única. Socialista e democrata, o radicalismo de Bragg acentuou-se como reacção às políticas do actual governo do Reino Unido. Durante a greve dos mineiros de 1984, as suas constantes deslocações fizeram-no contactar de muito perto com pessoas que estavam a sofrer as consequências das políticas de Thatcher. As suas experiências encontram expressão nos poemas que fez para canções como «There is power in a union» (Há poder num sindicato), e «Between the wars» (Entre as guerras). Mais do que meramente reflectir o que se passava à sua volta, Billy entrou na arena política e as suas muitas actuações de solidariedade por todo o país ajudaram a recolher dinheiro e a levantar os ânimos. Então, em 1985, juntou forças com outros artistas do Reino Unido tais como Junior Giscombe, D. C. Lee, The Style Council e The Communards, formando os Red Wedge: um grupo de artistas comprometidos com os ideais socialistas, e empenhados no apoio ao Partido Trabalhista do Reino Unido. Apesar de o seu primeiro trabalho apresentar



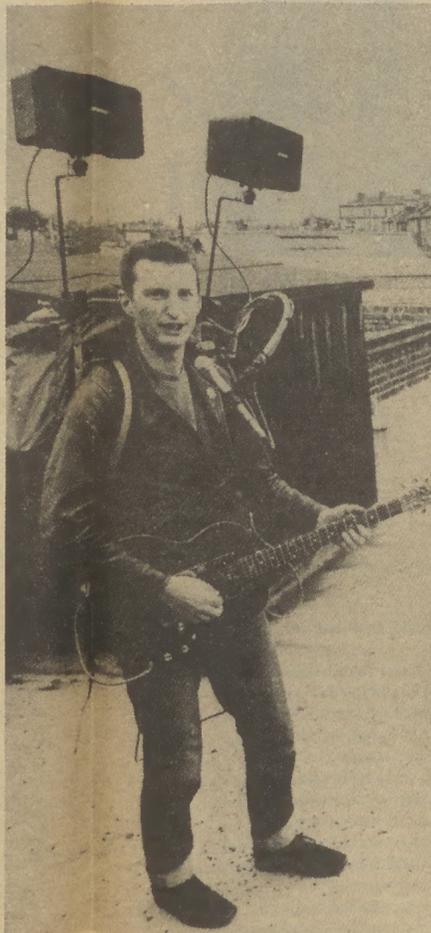
apenas Billy Bragg e guitarra (com o seu primeiro EP gravado directamente para stereo em três dias), alguns dos seus trabalhos posteriores já são acompanhados de trompete e uma outra guitarra, enquanto o seu último álbum apresenta mais ampla instrumentação, nomeadamente o piano (e voz de apoio) de Cara Tivey, o baixo de Danny Thompson e mesmo a bateria de Mickey Waller. Todas as canções contam com os notáveis poemas de Bragg, que formam uma tão especial parte do seu talento, e nas suas *tournees* à volta do mundo ele consegue mesmo ultrapassar barreiras linguísticas através do seu talento e humor e do calor da sua actuação. ■

Billy Bragg com o «equipamento» com o qual se apresentou durante anos nas suas actuações nas ruas de Londres.

Billy Bragg



Billy Bragg e sua mãe ou, conforme reza a legenda original: «A sra. Bragg escutando uma serenata do seu filho enquanto pensa quando arranjará ele um emprego decente»...



«Acho que sou uma pessoa modesta, como músico. Nunca sinto que o que faço caia do céu. É antes algo que as pessoas te dão, e que tu devolves», diz Ray Lema, um zaireense de 43 anos actualmente a viver em Paris, e hoje um exemplo típico daquilo que Abdullah Ibrahim descreveu como «cientistas do som africano». Depois de três gravações amorfas que misturaram sons díspares e juntaram forças criativas igualmente diversas (o baterista, ex-Police Stewart Copeland no «Rhythmist», e Martin Meissonier, produtor de King Sunny Ade/Papa Wemba no «Medicine»), o recente LP «Nangadeef» dá algumas indicações do que pode constituir a direcção das viagens musicais de Lema. Mas primeiro foi necessário que o patrão da Island/Mango convencesse Lema das suas próprias conquistas. «Ele disse — tens aqui algo. E eu respondi — achas?», conta Lema de 43 anos. O amor de Lema pelas texturas sonoras é notável. Arrasta o inglês numa sonoridade rica (o seu «Yeah» estende-se por várias vogais até uma soberba afirmativa), e ri com um levantar de sobrancelha, um riso abafado. Ele é, o mais apagado dos músicos, e no entanto tal é o resultado da sua busca na natureza de toda a música, e não da falta de crença no seu talento. Lema é, na realidade, um auto-exilado do Zaire reaccionário de Mobutu. Houve um tempo em que todo e qualquer produto cultural no Zaire (livro, disco) tinha que ostentar a odiada fisionomia de leopardo do presidente — o género de imposição que um

errante saltador de barreiros como Lema, na altura director musical do Ballet Nacional do Zaire, dificilmente poderia aceitar. «Foi-me concedido um mês de licença há dez anos, e ainda estou a usá-lo», diz sorrindo. E tão-pouco vai voltar no futuro próximo. «É quase um posto político, o meu antigo emprego. Eles gostariam que eu lá estivesse — mas não me mexesse...» Esse antigo emprego tinha, porém, os seus benefícios. Como director musical, Lema passou anos a pesquisar e a gravar a herança musical do seu país, um país que é cinco vezes maior que a França, com uma desconcertante variedade de tribos e tradições. Simultaneamente, a experiência alimentou a sua mente investigadora e o seu vocabulário musical, e deu forma a um velho problema de identidade. «Depois de estudar piano clássico — alimentei-me de Haydn, Mozart, etc. — aprendi guitarra rock e toquei num grupo chamado Yss Boys (porque todos os diminutivos dos elementos do grupo terminavam em y), influenciado por Hendrix e Clapton, que eram os meus heróis da guitarra. Mas as pessoas começaram a perguntar "o que se passa contigo? Até pareces um branco!". E eu dei-me conta que tinha um problema às costas! Resultado: 1973 foi o ano da minha grande crise.» Foi então que o governo veio em sua ajuda, oferecendo-lhe o lugar de director musical e encontros com a «grande cultura», do Zaire. Nunca olhou para trás. O resultado das pesquisas de Lema não é nada fácil de ouvir

para os surdos a qualquer sonoridade zaireense, para além dos maníacos do disco. «O meu problema ainda é que as pessoas pensam que estou a fazer qualquer coisa sem valor, ou que a minha música não é zaireense, isto porque apenas conhecemos os sons de Kinshasa. Vejamos «Kamulanga» (de Nanga deaf). É um ritmo tradicional, de que gosto muito, da região central do Zaire — uma região muito criativa. Uso muito esse ritmo.» Mas as pessoas ainda criticam a falta de identidade em Lema. Quando trabalhou simultaneamente com Copeland e Meissonier, recorda, «eles extraíram da minha música diferentes Lemas. Meissonier disse-me que ia eliminar as coisas estranhas do meu trabalho, dando ênfase ao trabalho de teclados. Eu achei que o melhor era ficar quieto e ver o que eles faziam comigo...» Então, quem é o verdadeiro Ray Lema? «Gosto de pensar que a Europa abre as portas à harmonia, e a África abre as portas ao ritmo. O que precisamos fazer é combinar o amor pela música daqui e de lá. O que eu estou a fazer agora é uma síntese: uma mistura do que fazia antes do choque da minha mudança em 73, e depois.» Os olhos de Lema iluminam-se quando lhe falamos do trabalho dos rockers negros Living Color. «Não os ouvi. Por agora sou muito cuidadoso, porque as pessoas olhariam com estranheza para um zaireense maluco a tocar rock. Apesar disso, um dia — sussurra — vou reunir um grupo que toque rock verdadeiramente pesado, para surpreender todos. Heh, heh, heh...» ■



Ray Lema



O elevador de Santa Justa vai para Loures!

Localizada este ano numa agradável zona de sombra natural — a zona de Lisboa terá à sua entrada uma réplica do elevador de St.ª Justa da Baixa Pombalina de Lisboa. Terá a enquadrá-lo uma enorme praça animada por esplanadas onde o visitante poderá descansar, conversar e conviver, beber uma bebida fresca ou comer um gelado nos vários quiosques ao seu dispor.

Situado no pavilhão central, o auditório apresentará boa música e é lugar onde decorrerão debates sobre diversos temas: as eleições autárquicas e o Poder Local, sobre as comemorações que se assinalam este ano do 40.º Aniversário dos «Gaibéus» de Alves

Redol, a importância do neo-realismo e de duas das suas figuras: Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol. O visitante ainda tomará conhecimento com a vastíssima obra realizada pelas Câmaras Municipais de Maioria CDU. A Exposição sobre o Poder Local neste ano de eleições Autárquicas terá patente ao público as realizações e os objectivos eleitorais do PCP e seus aliados para o Distrito de Lisboa. Atenção particular será dada à CML, à coligação «Por Lisboa» que pretende devolver a cidade aos lisboetas, assim como a Sintra e à Azambuja. Mas também estarão presentes todos os concelhos e freguesias, o trabalho dos eleitos da CDU e as suas apostas no futuro.

No campo da gastronomia o visitante poderá contar com o serviço já tradicional pela sua qualidade e eficiência que a Cervejaria Marisqueira do Sector Sindical, Bancários e Seguros lhe oferecem. Aí encontrará os petiscos, a ameijoas, o marisco, o arroz de marisco e naturalmente a imperial sempre a sair e bem fresquinha.

No café concerto encontrará um espaço agradável de convívio e confraternização. Num espaço moldado por um anfiteatro natural, o humor será o tema. À responsabilidade de organizações como os Sectores Intelectuais — Professores, Artes & Letras, Quadros Técnicos e Informação e ainda os Sectores da Saúde, e

da Função Pública, estarão ainda abertos dois bares.

Este ano na Zona de Lisboa, a Organização de Loures abriu um espaço destinado à juventude que conta com uma discoteca com bar e garantirá boa música para dançar e, bem entendido, muita animação.

Haverá ainda a Feira da Ladra, o Sai-Sempre e dois restaurantes Centrais à responsabilidade das organizações da Amadora e de Cascais. Logo à entrada estará ainda um magnífico pavilhão de artesanato e uma exposição filatélica com venda.

Esta será a zona do distrito de Lisboa, que estará em Festa, na grande Festa do Avante! ■

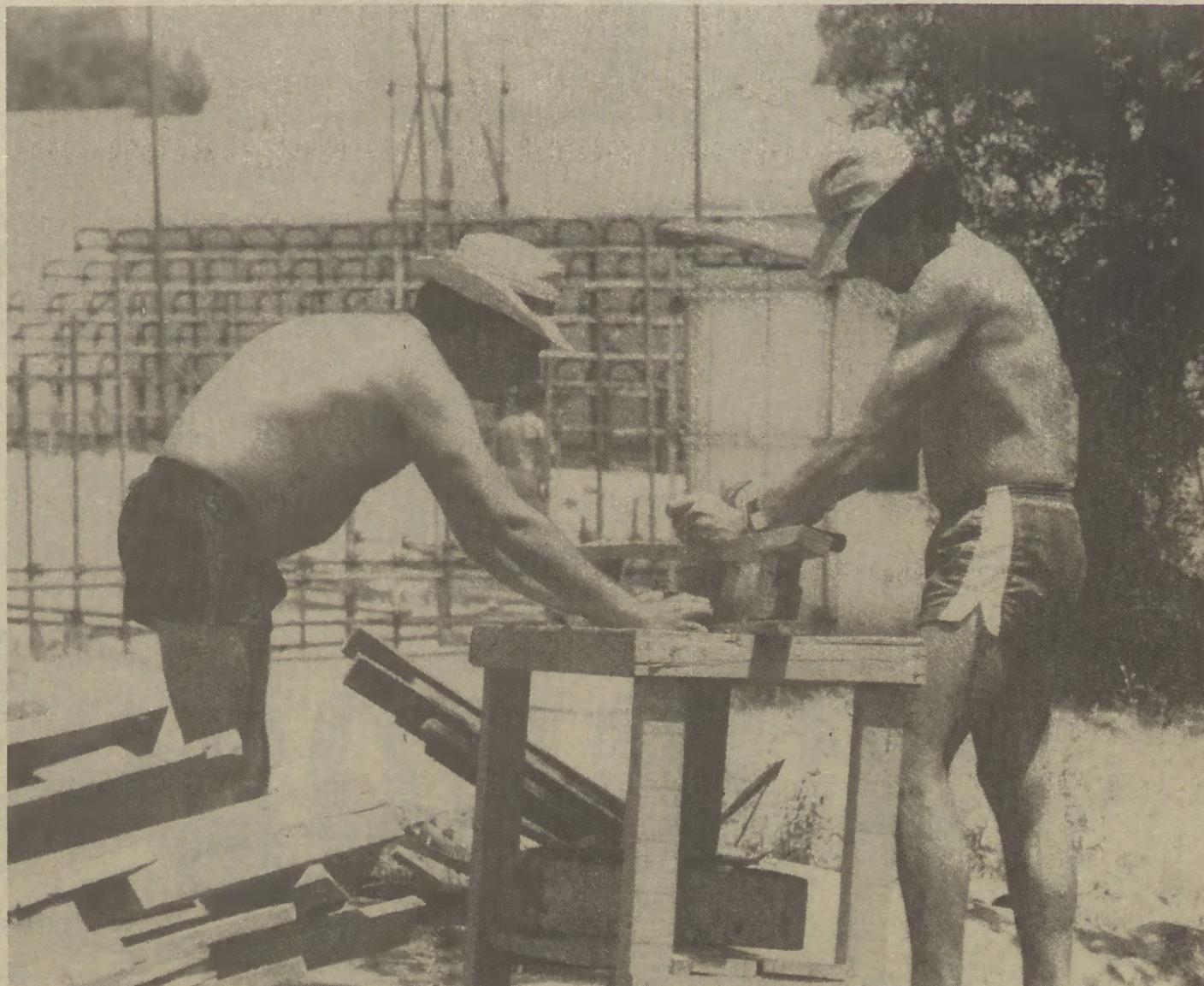
Junta-te a nós

A montagem da Festa entra no seu mês derradeiro. É em Agosto, mês de férias que promete ser tão quente como Julho, que a Festa será erguida no essencial.

Muito já está feito no terreno, ao que não é estranha a participação de centenas de camaradas e amigos da Festa que contribuíram nos últimos meses com milhares de horas de trabalho voluntário.

As organizações do Partido têm prestado uma valiosa ajuda na construção da Festa. O que hoje aqui publicamos é um apanhado do número de camaradas e amigos, que diversas organizações regionais têm mobilizado para as jornadas de trabalho, realizados ao longo dos dois últimos meses. Desde já sublinhamos que o número de participantes tem vindo a aumentar à medida que se aproxima a Festa. Assim, se em Junho a DORA realizou quatro jornadas de trabalho em que participaram um total de 35 pessoas; a DORS e DORL realizaram cada duas jornadas com um total de 14 camaradas. Entretanto, estes números conheceram um aumento significativo no mês de Julho como passamos a ver.

De facto, o número de jornadas promovidas pela DORL ascende a 16, envolvendo um total de 786 pessoas; a DORS apresenta 17 jornadas e 625 pessoas, enquanto a DORA realizou 6 jornadas em que participaram 91 camaradas. De referir ainda a contribuição da DORSA, da JCP e do Sector da Emigração que também não quiseram deixar em mãos alheias a árdua, mas recompensadora, tarefa de erguer aquela que é a maior manifestação cultural e política do País — a Festa do «Avante!» ■



Setúbal traz 100 artistas à Festa

Do rock à música clássica sem esquecer os ranchos folclóricos, a música popular, o teatro e outras formas de expressão cultural como a pintura ou o artesanato, tudo poderá ser encontrado pelo visitante em busca de um ambiente animado e acolhedor, na zona da Organização Regional de Setúbal que promete envolver mais de uma centena de artistas em três espaços culturais a saber: Esplanada, Fraternidade Bar e zona exterior e palanque. Esta festa da cultura entendeu Setúbal começar, na sexta-feira dia 8, com um baile popular, que decorrerá pelas 22 horas na esplanada. Entretanto, ainda na mesma noite actuarão no Fraternidade Bar o Grupo de Metais do Seixal, com um repertório de música de câmara desde o século XVI ao século XX, e Luís Filipe Garcês que interpretará peças para guitarra clássica. Na zona exterior teremos música de banda pelos Uga Uga.

Para sábado anuncia-se desde já música popular portuguesa com os grupos Luar de Janeiro e Albatroz, que actuarão durante a tarde na Esplanada, e ainda Américo Pereira e Paulo Martins no Fraternidade Bar pelas 16

e 21 horas respectivamente.

A noite será ocupada pela Orquestra Ligeira de Pinhal dos Frades, uma actuação do Teatro Encontro do Seixal, e com danças e cantares tradicionais do rancho folclórico da Atalaia.

O programa de domingo apresenta para além de Toni da Costa e uma noite de rock a decorrer na Esplanada, três grupos de música africana, são eles o Nelo, o Triáfrica e o Nelinho. No espaço exterior estará presente o Rancho do Alto do Estanqueiro.

Estão ainda previstas outras actividades de carácter cultural a efectuar ao longo dos três dias da Festa. Assim, haverá artesanato ao vivo, em que vários mestres demonstrarão a sua rara arte a os visitantes durante toda a Festa. A pintura desta feita também estará patente com a participação de Buga e Ricardo, dois jovens pintores que terão no Páteo o seu atelier e aí criarão perante os visitantes, prometendo um sábado cheio de cor.

Não perca então a variedade que o programa cultural da Organização Regional de Setúbal lhe oferece. Não esqueça, na Festa vá a Setúbal! ■



Atenção filatelistas

O sector da função pública da Organização Regional de Lisboa promove na Festa do «Avante!» uma exposição/venda de material filatélico. Para o êxito da iniciativa, solicita-se aos camaradas que queiram

participar com ofertas de selos ou marcas filatélicas que contactem a organização pelo seguinte endereço: Filatelia/FAV 89, Centro de Trabalho do PCP, Av. António Serpa, 26 - 3.º dt.º - 1000 Lisboa. ■

EP entrada permanente

correspondente ao valor de

850\$00

O valor desta EP é uma contribuição para a realização da Festa do «Avante!»

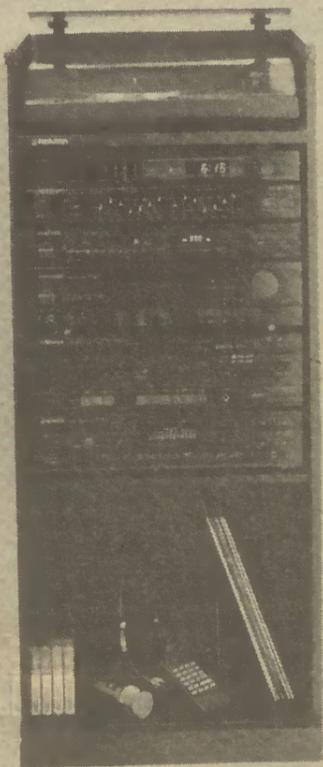
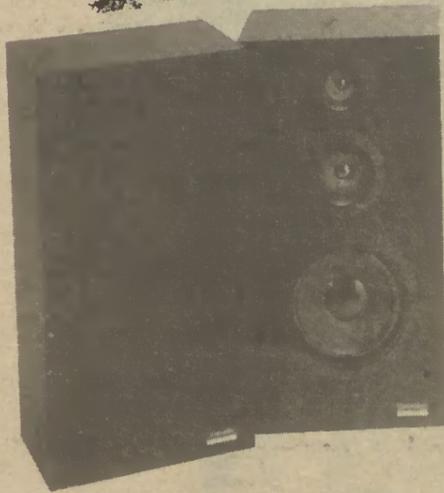
1. À entrada da Festa será destacado desta EP (que deve ser apresentada) o talão do dia respectivo.

2. Para sair e voltar a entrar nesse mesmo dia peça quando sair uma **senha de saída** apresentando a EP. À entrada, a senha de saída só é válida mediante a apresentação da EP.

3. As senhas de saída são distribuídas individualmente em todos os dias da Festa.

4. Só a EP é que dá direito à senha de saída.

Conserve este talão que dá direito a participar na distribuição de brindes no dia 6 de Agosto de 1989.

EP**O sorteio é já no****domingo!****2.º prémio****1.º prémio**

Pois é já no próximo domingo — só faltam três dias! — o sorteio das EP's. Já não falta quase nada. E, se ainda não comprou a sua EP, o leitor só tem tempo de correr para fazê-lo, se quiser participar no concurso, que é único. Lembramos que participar no concurso é a coisa mais fácil do mundo: não é preciso cortar nenhum cupão, nem colar ou recortar o que quer que seja, nem enviar nada pelo correio. Basta comprar a EP e já está — o leitor fica habilitado não só à Entrada Permanente na Festa do «Avante!» como aos prémios que mais uma vez lhe recordamos.

- 1.º — Uma câmara de vídeo (no valor de 255 000\$00);
- 2.º — Uma aparelhagem de alta fidelidade (135 000\$00);
- 3.º — Um vídeo (120 000\$00).

Assim, por apenas 850\$00 — a EP dá-lhe o direito a participar na maior festa do Portugal de Abril, no maior convívio cultural, artístico e desportivo do país; a assistir a espectáculos cuja qualidade e diversidade têm a marca Festa do «Avante!».

E imagine — já tem pouco tempo para isso — que pode ser o contemplado com um dos três prémios...
Corra já a comprar a sua EP! ■

3.º prémio